



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPE)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSE (CPGSS)
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL
(MDPT)



ILANA MARQUES DE JESUS BELTRÃO

CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS, UNIDADE BABAÇU/UFT, COMO PROPULSOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS
TOCANTINS.

Goiânia/GO
2022

ILANA MARQUES DE JESUS BELTRÃO

**CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS, UNIDADE BABAÇU/UFT, COMO PROPULSOR DE
DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE TOCANTINÓPOLIS
TOCANTINS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu – Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento
e Planejamento Territorial (MDPT), da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), para
obtenção parcial do título de Mestre em Desenvolvimento
e Planejamento Territorial.

Linha de Pesquisa: Economia e Desenvolvimento
Territorial

Orientador: Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa

Goiânia/GO
2022

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás Márcia Rita Freire - Bibliotecária - CRB1/1551

B453c Beltrão, Ilana Marques de Jesus

Câmpus universitários, unidade Babaçu/UFT, como propulsor de desenvolvimento urbano na cidade de Tocantinópolis, Tocantins / Ilana Marques de Jesus Beltrão. -- 2022.

65 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês. Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade

Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2022.

Inclui referências: f. 57-62.

1. Universidade Federal do Tocantins. 2. Crescimento urbano. 3. Tocantinópolis (TO) - Condições econômicas. 4. Cidades e vilas - Tocantins (Estado). I. Pietrafesa, Pedro Araújo. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - 25/04/2022. III. Título.

CDU: 332.14(811.7)(043)

ILANA MARQUES DE JESUS BELTRÃO

**CÂMPUS UNIVERSITÁRIOS, UNIDADE BABAÇU/UFT, COMO
PROPULSOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO NA CIDADE DE
TOCANTINÓPOLIS TOCANTINS**

Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, defendida e aprovada em 25 de abril de
2022 pela Banca Examinadora constituída pelos professores

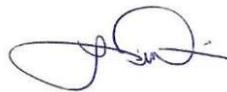
PEDRO ARAUJO
PIETRAFESA:9961763319
1

Assinado de forma digital por
PEDRO ARAUJO
PIETRAFESA:99617633191
Dados: 2022.04.26 09:41:31 -03'00'

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa
Orientador / PUC Goiás

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO APARECIDO BAZZOLI
Data: 26/04/2022 10:13:44-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. João Aparecido Bazzoli
Examinador externo / UFT



Profa. Dra. Lucia Maria Moraes
Examinadora interna - PUC Goiás

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir viver para realizar esse momento tão esperado. Agradeço ao meu Amigo, Amigo, Companheiro, Incentivador e Marido, por todas as vezes que me instigou e incentivou a não desistir, pois isso nunca fez parte do contexto de nossas vidas. Agradeço imensamente aos meus Pais por sempre acreditarem em me apoiarem em minhas lutas, e em especial a minha querida Mãe, por toda a ajuda e cuidados com minha filha. Mãe, sem a ajuda da senhora meu caminho teria muitos espinhos, mas a sua mão floriu muitos arbustos para que meus passos tivessem mais cor e perfume. Agradeço ao meu orientador, por diversas, mesmo sem saber, sempre me dava uma palavra de carinho e atenção. Aos grandes Doutores que nos ensinaram um pouco do que sabem meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de Mestrado, que nunca soltaram minha mão. Sempre engajados e encorajando uns aos outros, essa vitória é nossa!

Enfim, saibam que sem vocês eu não conseguiria. Muito obrigada a TODOS E A TODAS!

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo fazer levantamento bibliográfico e pesquisa de campo que auxiliou no estudo sobre a importância de uma universidade federal como fonte propulsora do desenvolvimento econômico e social no município em que está inserida. O estudo está dividido em introdução, metodologia, desenvolvimento, análise de dados coletados e conclusão. Para o desenvolvimento, foram divididos em três temáticas, sendo a primeira delas a Instalação de Instituições Federais de Ensino Superior e a reação de pequenas cidades, com a criação da Universidade Federal do Tocantins, bem como a conceituação de pequenas cidades, assim também a reação dessas face à instalação de instituições de ensino superior. Na segunda temática tratou-se sobre o espaço urbano e o seu planejamento, embasado na rede urbana constituída de pequeno porte na região e a formação socioespacial. Na terceira temática foi abordado sobre a educação como agente de desenvolvimento socioeconômico, assim como unidades educacionais são propulsores de desenvolvimento, falando sobre o impacto no município de Tocantinópolis/TO. Para base de dados coletou-se informações acerca da Unidade Babaçu como propulsora de desenvolvimento urbano, e como a chegada dessa instituição alavancou o desenvolvimento. Para coleta de dados, fez-se uso de entrevistas com a direção do campus e gestão municipal. Como foco do estudo, analisou-se a região da cidade de Tocantinópolis/TO, mais precisamente a Vila Santa Rita, local onde está instalada a referida instituição educacional do ensino superior na região.

Palavras-chave: Universidade Federal, Pequenas cidades, Desenvolvimento Urbano.

ABSTRACT

This dissertation aimed to make a bibliographic survey and field research that helped in the study of the importance of a federal university as a source of economic and social development in the municipality where it is located. The study is divided into introduction, methodology, development, analysis of collected data and conclusion. For the development, they were divided into three themes, the first being the Installation of Federal Institutions of Higher Education and the reaction of small cities, with the creation of the Federal University of Tocantins, as well as the conceptualization of small cities, as well as the reaction of these in the face of the installation of higher education institutions. The second theme was about the urban space and its planning, based on the urban network constituted of small size in the region and the socio-spatial formation. In the third theme, education was addressed as an agent of socioeconomic development, as well as educational units are drivers of development, talking about the impact on the city of Tocantinópolis/TO. For the database, information was collected about the Babaçu Unit as a driver of urban development, and how the arrival of this institution leveraged development. For data collection, interviews with the campus administration and municipal management were used. As the focus of the study, the region of the city of Tocantinópolis/TO was analyzed, more precisely Vila Santa Rita, where the aforementioned educational institution of higher education is located in the region.

Keywords: Federal University, Small towns, Urban Development.

RESUMEN

Esta disertación tuvo como objetivo realizar un levantamiento bibliográfico e investigación de campo que coadyuvó en el estudio de la importancia de una universidad federal como fuente de desarrollo económico y social en el municipio donde se ubica. El estudio se divide en introducción, metodología, desarrollo, análisis de los datos recopilados y conclusión. Para el desarrollo, se dividieron en tres temas, siendo el primero la Instalación de Instituciones Federales de Educación Superior y la reacción de las pequeñas ciudades, con la creación de la Universidad Federal de Tocantins, así como la conceptualización de las pequeñas ciudades, así como la reacción de estos ante la instalación de instituciones de educación superior. El segundo tema versó sobre el espacio urbano y su planificación, a partir de la red urbana constituida de pequeño tamaño en la región y la formación socioespacial. En el tercer tema, la educación fue abordada como agente de desarrollo socioeconómico, así como las unidades educativas son impulsoras del desarrollo, hablando del impacto en la ciudad de Tocantinópolis/TO. Para la base de datos, se recopiló información sobre la Unidad Babaçu como impulsora del desarrollo urbano y cómo la llegada de esta institución apalancó el desarrollo. Para la recolección de datos, se utilizaron entrevistas con la dirección del campus y la gestión municipal. Como foco del estudio, se analizó la región de la ciudad de Tocantinópolis/TO, más precisamente Vila Santa Rita, donde se ubica la referida institución educativa de enseñanza superior en la región.

Palabras clave: Universidad Federal, Pueblos Pequeños, Desarrollo Urbano.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cidade de Tocantinópolis/TO	30
Figura 2: Vila Santa Rita, localização da Unidade Babaçu.	30
Figura 3: Unidade Babaçu - parte interna do campus	31
Figura 4: Entorno do campus Tocantinópolis, Unidade Babaçu	34
Figura 5: Pavimentação de ruas na Vila Santa Rita	35
Figura 6: Iluminação pública e pavimentação de ruas	35
Figura 7: Comércio local	36
Figura 8: Ruas de acesso ao campus	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAMB.....	Ciências do Ambiente
CNE.....	Conselho Nacional de Educação
CONSEPE.....	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI.....	Conselho Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições de Ensino Superior
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REGIC	Região de Influência das Cidades
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFNT	Universidade do Norte do Tocantins
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNITINS	Universidade do Tocantins
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. METODOLOGIA.....	12
3. INSTALAÇÃO DE IFES: COMO PEQUENAS CIDADES REAGEM.....	14
3.1 Conceituando pequenas cidades.....	15
3.2 Instalação de IFES em pequenas cidades.....	16
3.3 Espaços urbanos e seu planejamento.....	23
3.4 A pequena cidade na rede urbana e a formação socioespacial.....	26
4. A EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO.....	30
4.1 A UFT e sua criação.....	38
4.2 Unidades educacionais como propulsores de desenvolvimento.....	41
5 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS.....	47
6 CONCLUSÃO.....	53
7 REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	56

1. INTRODUÇÃO

A implantação de uma instituição de ensino superior, como uma universidade modifica o ambiente social, econômico e cultural de uma sociedade. O projeto de uma unidade educacional e o seu planejamento de integração com a cidade onde será alocado impacta em vários aspectos, podendo estes serem positivos se planejados adequadamente.

As universidades operam como municipalidades independentes, possuindo sua estrutura de gestão, como também sua própria população com a participação de um corpo técnico permanente de funcionários e temporários como os estudantes. Com os estudos acerca do desenvolvimento de regiões, percebe-se que as atividades das universidades impactam muito além dos muros que as cercam. Para isso, pode-se considerar que tanto as instituições de ensino quanto as cidades poderiam se beneficiar de um planejamento conjunto ou integrado (PERRY, WIEWEL, 2005).

A chegada de um campus universitário provoca alterações significativas na organização dos espaços urbanos de uma cidade, onde o surgimento de novas áreas destinadas ao comércio de bens e serviços é constante. A presente dissertação tem como objetivo analisar como um campus universitário pode modificar seus entornos, assim como o espaço urbano e a vida de uma cidade. Para compor o referencial teórico desta dissertação, em seu primeiro capítulo foi abordado como tema central a instalação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) analisando como é a reação de pequenas cidades ao receber esse equipamento.

No intuito de melhor detalhamento desse tópico, foi comentado sobre pequenas cidades, tendo embasamento em diversos autores, tais como Corrêa, Alves, Melo e Soares, que debatem sobre o tema. Também foi abordado sobre a instalação de IFES em pequenas cidades e a formação de espaços urbanos neste mesmo cenário. Em razão da menção das pequenas cidades, em virtude de ponto geográfico dessa dissertação ser a cidade de Tocantinópolis/TO que é uma cidade de pequeno porte, a conceituação desse porte se fez necessária para elucidar a temática. Com a abordagem sobre o tema foi possível observar que a percepção de desenvolvimento em cidades de pequeno e médio porte é bem mais visível do que em grandes centros urbanos.

A abordagem conceitual foi feita no sentido de elucidar sobre a temática da Instalação de IFES, no que se refere à reação de pequenas cidades com a sua instalação. Também foi abordado sobre a criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT), visto que ela compõe o nosso objeto de estudo. O estudo realizado é justificável uma vez que

tem como objetivo debater acerca do importante papel que as instituições de ensino possuem no que se refere ao desenvolvimento de uma região, por serem responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas pela geração de um conjunto de conhecimentos multiplicadores de produtos, técnicas, tecnologias e também de novos conhecimentos, constituindo-se numa espiral do ciclo da produção científica. Esses conceitos desencadeiam um desenvolvimento para a região onde as IFES estão concentradas.

É importante ressaltar que o período de análise do cenário se deu de 2013 a 2020, sendo que em meados de 2021 os Campus Universitários situados ao norte do estado do Tocantins passaram a compor a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), estando Tocantinópolis/TO com a unidade centro e unidade Babaçu sob a nova gestão da UFNT. Ao se pensar em universidade, tem-se um conceito historicamente definido como a de propagação de saber, gerando conhecimento àqueles que passam pelo processo de ensino e aprendizagem proposto pelos cursos ofertados. Porém, a proliferação de conhecimento de uma universidade vai além, atravessando as barreiras das mudanças sofridas pela sociedade e contribuindo para que esse processo aconteça, e ao longo de todos os seus anos de existência, as instituições de ensino continua a caminhar e construir o conhecimento, buscando sempre pelo progresso científico e tecnológico.

Para o segundo momento foi necessário uma abordagem do desenvolvimento conceitual sobre o planejamento de espaços urbanos e a concepção de pequenas cidades na rede urbana. Os dois tópicos tratam do referenciamento bibliográfico com metodologia baseada em revisão de literatura, onde foram buscadas informações em livros, artigos e dissertações, como também publicação em periódicos, contidos em bases de dados como Scielo e Web ofScience.

O terceiro momento de conceituação trata da educação como agente de desenvolvimento socioeconômico, da UFT como unidade educacional com a perspectiva de promover o desenvolvimento da região onde está localizada. Como base para coleta de dados, o uso de entrevistas feitas junto à direção do campus e gestão municipal com o auxílio de plataformas digitais (WhatsApp e E-mail), trouxe informações para o enriquecimento da pesquisa. Os resultados obtidos apontam que o desenvolvimento econômico e social do entorno da unidade Babaçu foi positivo, com a abertura de novas oportunidades de geração de emprego e renda, bem como a chegada de benfeitorias por parte do poder público para a região.

A instalação de um campus universitário conspira para a modificação de seus

arredores, isso impacta imediatamente nos bairros onde as IFES estão instaladas. Diante disso, optou-se por analisar a propulsão do desenvolvimento da região da Vila Santa Rita, na cidade de Tocantinópolis/TO. A contextualização da percepção da universidade e da gestão pública municipal acerca do impacto que a expansão da unidade Babaçu trouxe para a comunidade local, fez com que o estudo tivesse a visão tanto da unidade educacional como também do poder público local.

2. METODOLOGIA

Para estruturação desta dissertação fez-se uso do método de pesquisa exploratória, para encontrar dados de embasamento acerca do tema. Na concepção de Gil (2008, p. 27), “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. ”

A elaboração da presente dissertação se tornou um processo desafiador, visto que foi proposta uma pesquisa para a análise de campus universitários como propulsor de desenvolvimento urbano, tendo a unidade Babaçu/UFT, na cidade de Tocantinópolis/Tocantins, como foco de estudo no início da pesquisa se deu também com o início da pandemia do COVID-19, tornando restrito o contato com os envolvidos no contexto daquela região.

No embasamento desta pesquisa, optou-se por livros, artigos e dissertações com publicação em periódicos, contidos em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e Web ofScience. No critério de busca foram utilizadas palavras-chaves para melhor abordagem do conteúdo, estas se destacam: pequenas cidades, universidades e desenvolvimento urbano. Como abordagem para a pesquisa utilizou-se a qualitativa, que de acordo com Godoy (1995, p.21), “a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Na discussão sobre a educação como agente de desenvolvimento tentou-se descrever o potencial de desenvolvimento que um campus universitário tem em propiciar um alavancar o desenvolvimento para a região onde está instalada. Finalizou-se o estudo com a abordagem sobre o comportamento das pequenas cidades face à instalação de IFES.

A base metodológica para o estudo foi a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Esse tipo de abordagem busca compreender o comportamento dos envolvidos, estudando as suas particularidades e experiências individuais, entre outros aspectos. Para a coleta de dados necessários para esta dissertação foi feita pesquisa em duas etapas, sendo a primeira uma revisão de bibliografia e outra de pesquisa de campo com entrevistas com os gestores da Universidade, bem como com gestores da Prefeitura Municipal da cidade, dando início à pesquisa no mês de março de 2021. As entrevistas foram feitas por meio digital, visto que a região ainda se encontrava em estado de Pandemia, em virtude da pandemia do Covid-19, isso dificultou o acesso presencial à

região. Também foram coletados dados através de documentos e publicações da própria UFT.

O objetivo desta pesquisa foi trazer uma revisão de literatura, abordando sobre a reação de cidades de pequeno porte no que se refere à instalação de IFES. Para o referenciamento teórico, fez-se um estudo sobre como a educação pode ser agente de desenvolvimento para a região que conta com equipamento educacional desse porte. Com o intuito de escrever sobre o planejamento de espaços urbanos, esta dissertação está composta por uma revisão de literatura, que para a sua estruturação utilizou-se o método de pesquisa exploratória, como também levantamento de dados sobre o campus da unidade Babaçu mais precisamente sobre a expansão da mesma na cidade de Tocantinópolis/TO na Vila Santa Rita.

A relação entre desenvolvimento urbano e a instalação de unidades educacionais de ensino é o ponto chave da discussão deste trabalho. A conexão entre as instituições integrantes do processo se faz necessário no sentido de se ter entrosamento e planejamento das ações para melhor desenvolvimento de todo o contexto, seja ele educacional, urbano e desenvolvimento social. A junção desses fatores faz com que oportunidades sujam, sendo elas tanto para a abertura de novos postos de trabalho, com a iniciativa de comércio e prestação de serviços que foram construídas a partir da decisão de construção do campus, bem como da sociedade que teve a oportunidade de ingressar numa universidade próxima no bairro/setor que moram.

3. INSTALAÇÃO DE IFES: COMO PEQUENAS CIDADES REAGEM

Neste capítulo será abordada a reação de cidades de pequeno porte com a vinda de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), principal objeto de estudo dessa dissertação com foco na Vila Santa Rita onde localiza o campus Universitário do município de Tocantinópolis/Tocantins, que é caracterizada como uma pequena cidade. Estudos revelam que IES sejam elas públicas ou privadas, além de contribuir na produção de conhecimento, empregabilidade, qualificação, inovação e o desenvolvimento social, promovem transformações estruturais na cidade e beneficiam tanto os seus moradores, como também os de sua área de influência.

Assim, as IES surgem como um dos elementos responsáveis pela fluidez de pessoas, mercadorias, capitais e investimentos na cidade, contribuindo inclusive com a dinamicidade de sua economia. Isso pelo fato de o seu público representar potenciais consumidores de produtos e serviços oferecidos por diferentes setores da economia. Muito além da movimentação de capital e pessoas, a instalação de uma instituição de ensino em uma pequena cidade traz a possibilidade de obter um diploma de curso superior, uma vez que a aspiração de cursar faculdade mantinha-se reprimida em indivíduos que desejavam ascender de condição social e que reconhecia na Educação Superior essa possibilidade, pois as Universidades se mantinham instaladas apenas em grandes centros urbanos. Para alcançar esse objetivo as pessoas com o interesse em obter um diploma de curso superior tinham que migrar para as capitais, e por vezes levando seus familiares junto.

Uma das consequências é que essas pessoas, aspirantes a universitários, quando conseguiam concluir seus estudos, muitas vezes não voltavam a sua cidade de origem e o interior ia perdendo seus jovens. Esse fato representava também a diminuição de profissionais do interior em relação ao quantitativo dos mesmos para a capital, uma vez que os jovens formados acabavam por permanecer nos grandes centros com mais oportunidades de emprego. Este padrão acentuava as insuficiências do interior brasileiro e aprofundava os problemas sociais nas capitais e metrópoles.

Para tanto, a instalação de IFES em pequenas cidades tornou-se um fator importante tanto para a questão de levar ensino e possibilidades de aperfeiçoamento profissional para a população daquela região, como também proporcionar desenvolvimento urbano, visto que nas imediações das instituições, especialmente as que oferecem cursos presenciais, se desenvolvem comércios e serviços para atender às

necessidades dos estudantes, provocando expressivas transformações no ambiente.

Para a elucidar o tema com mais propriedade, torna-se necessário o enfoque teórico acerca de pequenas cidades no que se refere às suas características físicas, populacionais e culturais, uma vez que, como já mencionado, a cidade de Tocantinópolis/TO é caracterizada como uma cidade de pequeno porte. A limitação de território e de quantitativo populacional também deverá ser comentada.

3.1. Conceituando pequenas cidades

Analisando as pequenas cidades no Brasil, segundo dado do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é possível classificar tanto quantitativa como qualitativamente. O IBGE considera cidades de pequeno porte como sendo conjuntos urbanos com população de até 50 mil habitantes. Nesta perspectiva, 5.037 dos municípios brasileiros têm um contingente populacional de até cinquenta mil habitantes, representando 36,78% da população total do país. A conceituação pertinente a pequenas cidades se faz necessária em virtude da cidade foco de estudo, que é Tocantinópolis/TO, compor esta categoria.

O conceito de cidade pequena, ou de cidade de pequeno porte é tido como o local que abriga uma margem pequena de habitantes. Para Corrêa (1999), pequenas cidades se distribuem bem mais que o caráter demográfico, ainda que essa caracterização seja a mais utilizada. Os núcleos urbanos são oriundos de um conjunto de elementos associados, onde pode citar divisão de território, influências regionais, dentre outros aspectos.

Verifica-se então a diversidade e singularidade das pequenas cidades, como comentam Alves, Melo e Soares (2007, p. 08):

As pequenas cidades são bastante diferenciadas entre si. Esse fator ocorre tanto pela própria diversidade da formação espacial do país, bem como pelos processos locais de cada espacialidade, pela atuação dos agentes sociais e do estado e pelas particularidades socioculturais, assim como pela sua localização geográfica, suas condições de acessibilidade, bem como pela maior ou menor inserção dos lugares na economia globalizada, entre outros.

No tocante a cidade foco de estudo, considerando atualização de dados do IBGE no ano de 2021, no que se refere à área territorial da cidade tem-se que esta possui cerca

de 1.083,600 km² de extensão territorial. Para a estimativa populacional tem-se um total de 22.820 habitantes no município. Quanto ao Índice de desenvolvimento humano do município (IDHM) tem-se que esse é de 0,681.

A cidade de Tocantinópolis está localizada às margens do rio Tocantins e mantém suas características ribeirinhas, apesar de já haver uma grande urbanização por lá. A população mantém hábitos e costumes de uma pequena cidade, como sentar-se nas calçadas nos finais de tarde. Neste sentido o estudo feito teve como objetivo demonstrar um pouco da vivência no que se refere ao processo dinamizador a partir da fixação de elementos de outra natureza, como a chegada ou expansão de estruturas educacionais. Com a chegada de novas oportunidades, no que se refere a trabalho e estudo, muitos populares que viviam e sobreviviam do campo declinaram para os grandes centros urbanos. Esse deslocamento do campo para a cidade fez com que novas cidades dentro dessa categoria tivessem a necessidade de ofertar qualidade de vida, tanto para questões urbanas, como desenvolvimento num contexto geral, como também em desenvolvimento educacional para essas pessoas. Marcados pela migração do campo para as pequenas cidades, esses ciclos modificaram o espaço regional e a estrutura urbana dessas localidades. Essa modificação implicou na necessidade por parte das pessoas que permaneceram nas cidades. Essas necessidades foram de emprego, moradia, serviços tais como educação e saúde, dentre outros.

Partindo desse ponto, faz-se necessário conceituar a instalação de serviços educacionais em cidades de pequeno porte para dar andamento ao estudo proposto.

3.2. Instalação de IFES em pequenas cidades

A instalação de IES sempre é vista com muito bons olhos para o desenvolvimento de qualquer região, visto que traz consigo a perspectiva de desenvolvimento tanto social como econômico. A grande expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil para cidades de pequeno porte tem sido um marco na história da evolução territorial, no que se refere ao desenvolvimento urbano provocado por essas instituições. Isso pode ser notoriamente visto nos entornos dos campi universitários de cidades interioranas.

Numa contextualização sucinta da história da chegada da educação superior no Brasil tem seu início a partir da chegada da família real portuguesa em solo brasileiro,

com isso chegaram também as primeiras escolas de medicina, que vieram no mesmo ano de chegada da realeza, ano de 1808. Poucos dias após a chegada da realeza ao país, Dom João VI, com a autoridade de Imperador do Brasil, assinaria o documento de criação da Primeira Escola de Cirurgia da Bahia. Em seguida, assinou também o decreto de criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Essas duas instituições passaram por algumas mudanças ao longo de sua trajetória, onde hoje são notoriamente conhecidas como Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente (MARTINS, 2002). No ano de 1920, após uma longa trajetória e apenas a partir daí, foi então definida a confederação de escolas, tendo a UFRJ como a primeira. Após a consolidação feita, em 1927, foi inaugurada a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que ficou caracterizada como modelo napoleônico, criada para formação ao mercado de trabalho, sem ter ênfase em pesquisas. No ano de 1934 foi instituída a Universidade de São Paulo (USP), e a partir dos anos de 1950 houve expansão das Instituições Superiores Federais no Brasil. (Aprile&Barone, 2009).

Dando um salto para o ano de 1961, onde a referência de transição do movimento em prol da modernização do ensino superior no país foi a fundação da Universidade de Brasília (UNB), com importância relevante no que se refere às finalidades da instituição, como também pela sua organização. Com isso o governo militar implantou a Reforma Universitária em 1968, com a divulgação da Lei 5540/68, que normatizou o funcionamento do ensino superior no Brasil. Essa pequena retrospectiva se faz necessária no sentido de demonstrar as mudanças que a educação superior já sofreu desde a sua chegada no país.

Contudo o processo de expansão das IFES, ocorrido principalmente com o início do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que teve como objetivo a ampliação do acesso e permanência na educação superior. Com a adoção desse programa foi possível que o governo federal tomasse medidas para a recuperação do crescimento do ensino superior público, dando condições para que as instituições expandissem de forma física.

Essa expansão, que de imediato foi vista como de estruturação física possibilitou também a expansão acadêmica e pedagógica da rede federal de ensino superior, pois com o aumento da estrutura física foi possível receber mais alunos ingressantes no ensino superior com o aumento da oferta de vagas e abertura de novos cursos/turmas. Isso também fez com que o aumento de vagas para docentes fosse possível. Para a realidade

do estudo aqui proposto, pode-se contemplar que a construção da unidade Babaçu da cidade de Tocantinópolis/TO é exemplo dessa oportunidade dada através do REUNI.

Dentre as ações do programa, o aumento de oferta de cursos de graduação noturno foi uma das oportunidades trazidas para os interessados em ingressarem em um curso de formação superior. Outras propostas também agregaram ao programa, tais como o combate a evasão e a inovação pedagógica. Todas essas com o intuito de reduzir a desigualdade social no Brasil. Os dados mais aprofundados sobre o REUNI podem ser vistos com mais clareza junto ao site do governo federal, porém o decreto federal que instituiu do programa foi o de nº 6.096, datado em 24 de abril de 2007, sendo ele uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Fazendo um apanhado mais global sobre o processo de expansão das universidades, tem-se que a Declaração Mundial sobre Educação Superior, que foi elaborada durante a Conferência Mundial sobre Educação Superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em outubro de 1998, trouxe alguns dos elementos diretivos da política adotada pelo Ministério da Educação entre 2003 e 2014.

No Brasil não foi diferente de outras regiões do mundo, a segunda metade do século XX trouxe consigo a expansão da demanda e da oferta de cursos para a educação superior, isso fez com que a pesquisa acadêmica valorização do saber acadêmico se tornassem evidentes. No contexto brasileiro, os desafios ligados à educação superior podem ser condensados em expansão, qualidade e democratização. Para ingresso na educação superior o único critério deve ser o mérito do candidato. Pois a garantia da isonomia no acesso e permanência na educação superior é obtida por meio do conceito de democratização.

O planejamento de instalação e/ou expansão da educação superior deve ter seu início no entendimento de que esta é um bem público, e que sua destinação será a todos sem distinções, contextualizada no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira, sendo que a universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática e multicultural, em que se cultiva a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças. No contexto de cidade de pequeno porte, esse planejamento deve também entender que a instalação e/ou expansão de uma instituição de ensino superior trará consigo a possibilidade de desenvolvimento para a região. Isso faz com que o planejamento dessas ações seja pensado para contemplar ao público que fará uso de suas instalações, como também aos que poderão usufruir dos benefícios indiretos desse desenvolvimento, que pode ser o desenvolver econômico, social e cultural da região.

O incentivo à educação leva ao local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de adequação do meio a uma nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda, tanto de docentes, servidores técnico-administrativos e discentes no local. Ao mesmo tempo, os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar. Isso faz com que a interiorização da oferta de educação superior se torne essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões.

Outro fator importante no planejamento do ensino superior é a diversificação da oferta, onde o atendimento às necessidades dos estudantes de educação superior passa pela diversificação da oferta, de forma a atender, de uma parte, aos anseios acadêmicos de cada estudante, e, de outra, à crescente demanda social e profissional pela variedade de mão de obra. Com isso a ampliação da rede de universidades federais se torna lugar estratégico da educação superior nos processos de transformação social. Esse processo se tornou um dos pressupostos das políticas de expansão do acesso ao ensino superior adotada pelo governo federal a partir de 2003. A interiorização das universidades federais proporcionou uma expansão de vagas públicas que se diferenciou do tradicional modelo de oferta de vagas nas capitais, elevando o número de municípios atendidos por universidades federais. A expansão possibilitou um crescimento significativo não apenas para as universidades federais, mas também de campus no interior do país, que é o caso da unidade Babaçu, em Tocantinópolis/TO.

A finalização do processo de expansão das universidades foi marcada pela continuidade do processo de interiorização das unidades federais quanto pela implementação do Reuni, que teve como objetivo a reestruturação e expansão dessas instituições. Esse processo já foi conceituado no início dessa dissertação, porém, é importante pautar aqui suas diretrizes, que se baseiam em seis diretrizes claras, que nortearam o conjunto das ações desenvolvidas. Pontuando essas, tem-se o aumento do número de matrículas, que deve ser pautado na redução do número de evasão, ocupação de vagas não preenchidas e no aumento da oferta de vagas.

Continuando com as diretrizes, o Reuni também se norteia pela ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos flexíveis, baseados no aproveitamento de créditos e na circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior. A revisão da estrutura acadêmica, por meio da reorganização dos cursos de graduação e da atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade é outra linha utilizada. Dando continuidade, a diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializadas, bem como a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil são relacionados no programa.

Finalizando as diretrizes abordadas pelo Reuni, tem-se a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. Toda essa estrutura trazida pelo Reuni teve papel de fundamental importância para o avanço no desenvolvimento das universidades federais, pois possibilitou que estas alcançassem regiões onde as oportunidades de ingresso no ensino superior sempre foram escassas.

Para tanto, as universidades refletem na sociedade onde estão inseridas não apenas em termos educacionais, uma vez que seus campi atuam como objeto público que impacta de maneira expressiva no contexto urbano em questão. É possível observar que os campi universitários costumam funcionar como municipalidades autônomas, sendo que cada unidade possui sua estrutura de “minicidade”. Isso faz com que a cidade seja de alguma maneira, sujeitada a dar continuidade a essa estrutura intra-campi para fora do campus, favorecendo os entornos com estruturação adequada.

O crescimento econômico de uma região, bem como o desenvolvimento social, deve ser analisado como fator importante para o desenvolvimento da capacidade competitiva de determinadas regiões, resultante do melhoramento da educação. Henrique (2012) contextualizou sobre o papel da educação quando colocou que a compreensão do papel das universidades como agentes de estruturação (ou reestruturação) urbana é importante, tanto em razão do volume de recursos financeiros movimentados quanto pela modificação de dinâmicas intra-urbanas (moradia, circulação, usos, etc.) e do cotidiano dos moradores.

Nesse contexto pode-se visualizar o que já foi comentado anteriormente no texto dessa dissertação, a universidade tem o potencial de melhorar diversos aspectos com a sua chegada. Porém, esse processo só será bem-sucedido se a absorção deste conteúdo for de maneira eficiente pela cidade.

Maia (2005, p.15-16) diz [...]

Para entender as pequenas cidades é imprescindível a observação em campo, ou mais exatamente nas cidades. As apurações estatísticas são valiosas e muito contribuem para algumas conclusões. No entanto, é através da observação direta – aqui entendida no seu sentido mais amplo – da maior aproximação com essas localidades que se pode apreender essas realidades. Assim, é com base nas observações in loco que podemos afirmar que a vida nessas localidades, normalmente definidas como pequenas cidades, está fundada na imbricação do campo na cidade, ou ainda de uma vida rural na vida urbana. Tal imbricação não se pode desvendar a partir unicamente da análise das atividades econômicas, mas principalmente do conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades. Constata-se que nessas localidades a vida urbana se faz presente não pelo que se faz ou pelo que se produz ali, mas pelo que vem de fora, pela televisão, pelo videogame, pelo telefone, pelo celular, pelos ônibus ou pelos visitantes.

Essa visão de Maia traz consigo a questão dos costumes rotineiros que moradores de pequenas cidades possuem. Para esses a mudança de comportamento, bem como de rotinas pode se tornar um pouco turbulenta. Porém a chegada de uma IFES para a região tende a mudança de pensamentos dos moradores mais jovens, fazendo com que tenham uma perspectiva de melhoria de vida para si e para os seus familiares.

As IFES apresentam um papel de fundamental importância na promoção do desenvolvimento social, cultural e econômico das regiões onde estão instaladas. É evidente que a instalação dessas instituições está relacionada também ao desenvolvimento urbano e regional, principalmente em cidades médias e pequenas, pois impulsionam a modernização da estrutura urbana e econômica dessas cidades, com sucesso em sua grande maioria. A instalação, bem como o aparelhamento de IFES, no que se refere à instalação de equipamentos urbanos e sociais dentro dos campi torna necessário que os entornos de suas instalações também desenvolvam com o mínimo de equiparação.

A probabilidade de desenvolvimento sobre a atuação das IFES em cidades pequenas é um dos primeiros fatores analisados nas diversas pesquisas acerca do assunto. O início das atividades de um campus novo oportuniza um avanço da expectativa econômica sobre a influência dentro dos limites da região onde está instalado. Essa expectativa fica mais bem evidenciada em cidades de pequeno e médio porte, visto que o

espaço tende a ser mais reduzido, o que influencia em inúmeros aspectos, tais como a chegada de pessoas das mais diversas regiões, o que impacta diretamente nas necessidades que esses novos habitantes terão. Essas necessidades tendem a forçar o desenvolvimento, mesmo que de forma não planejada, da região.

De acordo com Pinheiro (2018, p. 41), “as universidades têm sido implantadas como estratégia de desenvolvimento e modernização local e regional, em especial nas cidades pequenas”. Outra importante situação é a visão que o poder público possui em relação à instalação de IFES, uma vez que é feita, em sua grande maioria, como uma estratégia de fomentar o desenvolvimento urbano da região atingida.

Para a população, isso se torna muito atrativo com a perspectiva de melhoria econômica e social da região. Muitas cidades têm seu histórico de crescimento e desenvolvimento caminhando paralelamente com a implantação e avanço de IFES. Algumas já são caracterizadas como cidades universitárias, onde pode ser citado algumas localizadas no interior de São Paulo, tais como Marília, São Carlos, dentre outras. Esse raciocínio também foi apontado por Baumgartner (2015), como forma de assimilação dessa estratégia tão desfrutada pelo Estado.

Como exemplo desse apontamento, temos no trabalho “O impacto da implantação de um campus universitário em Rio Parnaíba-MG”, de Stephan e Latini (2014) a representação das transformações que aconteceram na cidade citada a partir do ano de 2007, que se deu por conta da implantação de um campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que culminou na transformação de uma cidade com a economia preminentemente agrícola em uma cidade universitária.

Quando se fala a respeito do comportamento das cidades face à instalação de universidades não pode deixar de comentar acerca da diferenciação que se tinha quando uma unidade educacional era instalada em cidades de portes diferentes. Em cidades de médio e grande porte havia bem mais vantagens, uma vez que o acesso à informação e logística era bem maior.

Na contemporaneidade, com a evolução e modernização de acessos, tais como satélites, cabeamento de fibra óptica, estradas, aeroportos, tornou-se bem menor a diferença entre instalar uma unidade educacional de ensino quando se refere ao porte da cidade. Pode se ter uma IFES, com os mesmos recursos e equipamentos, em cidades pequenas assim como nos grandes centros urbanos. Evidentemente que o fator logístico influencia no tempo de espera para a chegada de equipamentos, por exemplo, uma vez que o transporte aéreo ainda privilegia os grandes centros em suas conexões, porém já é

uma evolução a chegada, mesmo que tardia.

Claval (1998) colaborou com isso, dando ênfase na importância das universidades para as cidades. Dentre seus pensamentos pode citar as cidades como centros de promoção e consumo cultural, por sempre haver a disseminação científica através dos diversos estudos, bem como meios de comunicação oferecidos pelas próprias instituições. Outro aspecto é a contribuição para o desenvolvimento tecnológico e industrial em alguns campi. Não pode se deixar de mencionar a diversificação política e social que há, com as ideologias e ativismos, visto que a concentração de pessoas, em sua grande maioria jovens, criando elementos que projetam os posicionamentos e evoluem para transformações de estruturas, em sua grande maioria. Uma forma de evidenciar essas transformações é com os movimentos estudantis, que busca e pressionam o poder público e/ou os representantes das instituições de ensino por melhorias para a categoria.

Ainda no pensamento de Claval (1998), outro fator importante com a instalação de IFES em cidades de pequeno porte foi também a competição entre as próprias, uma vez que para receber mais recursos estas terão que produzir mais, fomentando assim uma dinamização econômica e cultural, assim como incentivo a qualificação profissional nessas cidades.

Apesar disso, para todo esse empenho não ser mal-sucedido, deve-se considerar as demandas de consumo e serviços da população em geral, tanto a comunidade acadêmica que se instala na cidade, como a população que já habitava aquela região.

3.3 Espaços urbanos e seu planejamento

As cidades apresentam um desenvolvimento dinâmico e transformador, associado a uma série de variáveis socioculturais e econômicas que influenciam na produção do espaço urbano. A definição mais costumeira de se encontrar sobre espaço urbano é a de espaço de cidades, ou seja, o conjunto de atividades que ocorrem em uma mesma integração local, com a existência de casas e edifícios, atividades sociais, econômicas e culturais. Também pode ser colocado como a representatividade do espaço geográfico.

Benévolo (2015) descreve que as cidades foram desenvolvidas baseadas nas condições sociais, por meio da setorização de classes, e nas condições econômicas, em locais que permitissem meios de expansão comercial e que possuíssem mais recursos hídricos e naturais disponíveis, levando-se em consideração a análise das condições

ambientais. Porém, com a Revolução Industrial, fatos relevantes para a mudança da humanidade ocorreram, sobretudo em relação ao modo de vida da sociedade e suas implicações sobre o ambiente urbano. A sociedade industrial transformou as cidades, gerando fábricas, metrópoles e conurbações, e fracassando diversos planos urbanos e de ordenamento territorial (GOITIA, 2011).

Para a ordenação do espaço urbano se tornar eficiente o planejamento é um dos elementos fundamentais para compreender a sua produção, uma vez que expressa de forma ordenada como devem ser as ações e decisões dos seus agentes produtores, os quais se relacionam de forma contraditória e complexa.

A prática de uma política urbana vigorosa depende de uma quantidade expressiva de recursos públicos e de diretrizes da política pública estruturada e com continuidades ao longo do tempo. A eficácia da política não se estabelece apenas no interior do aparato estatal, mas na interseção de interesses e projetos com a sociedade civil. Na visão de Lamas (2004) o estudo morfológico de uma cidade deve compreender as “unidades ou partes físicas que, associadas e estruturadas, constituem a forma”, sendo essas unidades descritas como o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, as fachadas, os logradouros, o traçado, as ruas, as praças, os monumentos, a vegetação e o mobiliário. Como mencionado acima, o modelo padrão de cidades no Brasil ainda é voltado ao automóvel, sendo a criação de uma cidade para pessoas uma importante vertente a ser seguido.

A topofilia, segundo Tuan (2015), é a relação que vincula a pessoa ao ambiente físico que convive, de maneira a influenciar seus valores, atitudes e percepção. Toda essa relevância de percepção torna mais evidente que o planejamento de centros urbanos, seja ele de pequeno, médio ou grande porte, se torna ferramenta primordial para um elo harmônico entre o urbano e o pessoal, fazendo com que a vivência e sobrevivência do ser humano e do meio ambiente seja cada vez melhor. Neste contexto, a elaboração de planejamento para a instalação de IFES faz com que a integração campus/comunidade seja bem mais valorizada.

Quando se fala em planejamento pensado para a capitalização, Santos (2003) afirma que isso possibilitou a entrada rápida e brutal do capital internacionalizado nos países subdesenvolvidos, contribuindo com o agravamento da desigualdade social. Isso faz com que o planejamento seja visto por muitos autores como sendo um instrumento do capital. O que remete ao pensamento anterior onde se caracteriza a importância do desenvolvimento de ações planejadas, uma vez que isso também contribuirá para o desenvolvimento econômico da região.

Na concepção de Villaça (1999, p. 191), o planejamento urbano no Brasil é “apenas discurso, o planejamento é uma fachada ideológica, não legitimando ação concreta do Estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-la”. A justificativa do autor para tal pensamento se dá partindo da exposição dos períodos pelo qual o planejamento passou no país, que segundo ele aponta, desde a ascensão dos planos de melhoramentos até a formulação de “superplanos”, a classe dominante fez sobressair seu discurso ideológico reformulando-o para garantir seus interesses. Fazendo um paralelo entre as afirmações de Villaça e a tipologia de SOUZA (2010), observa-se que, mesmo com a mudança das fortes tendências entre planejamento e regulatório e perspectivas mercadófilas, um elemento permaneceu: a aliança entre representantes da iniciativa privada e Estado, muitas vezes, havendo dificuldade de diferenciação entre essas duas figuras.

Villaça (1999, p. 180), considera ainda que na esfera do planejamento urbano “apenas aquelas ações do Estado sobre o urbano que tenham sido objeto de algum plano”. Seguindo essa linha ideológica é pertinente a colocação de que, se o planejamento no Brasil é ideológico os planos são em grande maioria, formas de camuflagem ao planejamento que de fato se pratica, sendo ele pensado a fim de fazer com que as decisões e ações atuais garantam também para o futuro o *status quo*.

Todo esse pensamento explicado pelos autores citados acima demonstra que há necessidade de planejamento de ações para melhor desenvolver as atividades nas instalações de IFES em qualquer região. Sabe-se que conflitos de interesses sempre existiram e sempre irão existir, mas o foco de interesse em usar a fala dos autores é para que se tenha a realidade no que se refere ao planejamento urbano, principalmente em se tratando de cidades de pequeno porte, onde os espaços cedidos para as instituições são, em grande maioria de propriedade privada, que intrinsecamente vem com interesses também privados no desenvolvimento da região.

3.4 A pequena cidade na rede urbana e a formação socio-espacial

Ao se tratar da produção do espaço urbano algumas discussões são importantes, principalmente em relação aos processos de estruturação urbana e dos agentes envolvidos, assim como, para o caso específico dessa pesquisa, o entendimento do funcionamento socioeconômico da região e a sua capacidade de intervenção e modificação do espaço urbano com a instalação de IFES como propulsoras de

desenvolvimento urbano.

Para entender a influência e o papel das pequenas cidades na rede urbana o IBGE faz uso do Região de Influência das Cidades (REGIC), que é um estudo acerca da rede urbana brasileira. Ele trabalha, basicamente, com a hierarquia dos centros e a delimitação das áreas de influências das cidades, tanto no geral como em elementos específicos, como educação, saúde, lazer, entre outras possibilidades. A metodologia utilizada pelo IBGE para o estudo do Regic privilegiou a função de gestão do território e as informações e registros administrativos, tanto de órgãos estatais, quanto de empresas privadas.

O centro de gestão do território, de acordo com Corrêa (1995), é aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam, direta ou indiretamente, um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade por meio das empresas nela sediadas. Assim, é possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica nas cidades.

Para o estudo em questão, a disposição do campus universitário Unidade Babaçu, na cidade de Tocantinópolis/TO segue a formatação exposta no conceito acima. A unidade Babaçu está localizada na Vila Santa Rita, que fica do lado oposto ao centro da cidade de Tocantinópolis/TO.

São alguns exemplos dos dados levantados: atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Posteriormente, foram investigadas ligações entre cidades – compreender a rede urbana – por meio de uma pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos. Logo, como resultado, chegou-se a casos de atuação restrita ao próprio território, exercendo funções centrais apenas para a população local.

Inversamente, há cidades cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras. Partindo desse entendimento, é possível verificar que a instalação de uma instituição de ensino superior em uma determinada área, é considerada um efeito polarizador para a região na qual está instalada.

Na visão de Albagli (2006), o desenvolvimento local pode ser considerado como desenvolvimento endógeno na medida em que os atores locais desenvolvam suas próprias estratégias visando à transformação do local e sejam capazes de exercer controle sobre o processo. Isso permite que a localidade não seja apenas receptora passiva de estratégias externas, mas, sim, partilhe de estratégias internas. Fazendo uso do pensamento da autora e trazendo para a realidade do estudo é possível considerar que a escolha do local de

instalação de uma IFES não pode ser aleatória, mas sim estrategicamente pensado para que possa haver contribuição para a região no que se refere ao desenvolvimento dela. Ainda no conceito de desenvolvimento, Amaral Filho (2001; BARQUERO, 2000) o desenvolvimento endógeno é visto como um processo intenso de agregação de valor à produção e aumento da capacidade de absorção local em prol do crescimento econômico, onde a presença da acumulação de capital, da tecnologia e dos atores locais, é essencial.

Para Silva e Silva (2019), na ideia de desenvolvimento local estão presentes aspectos relacionados à governança local, à sociedade civil, às organizações do terceiro setor e às organizações em rede. Outro aspecto considerado pelos autores é a forma como os atores locais contribuem para o desenvolvimento, como encaram suas relações para melhora da qualidade de vida da comunidade. Os atores locais interagem trocando conhecimentos, fazendo com que os espaços se modifiquem a partir das relações construídas, da presença de cooperação e de iniciativas em prol do desenvolvimento. A interação entre os sujeitos e as unidades locais reflete num processo permanente e dinâmico, que envolve os sistemas físico, biótico e socioeconômico, de modo que os indivíduos se identificam e se apropriam do espaço formando raízes e perpetuando o conhecimento da identidade local (BARQUERO, 2000; MARTINS, 2002).

De acordo com Dowbor (2006), uma significativa mudança vem ocorrendo no processo de desenvolvimento. Para o autor, tal alteração está atrelada ao fato de a comunidade estar observando que é capaz e responsável pela mudança econômica e social a partir da dinâmica social local, sem depender exclusivamente de investimentos externos. Nesse sentido, Dowbor atribui à educação um papel importante durante o processo de desenvolvimento local. Cabendo à educação a função de formadora de pessoas que em breve participem ativamente de atividades, sendo capazes de modificar seu entorno. Uma vez que é a partir da educação se compreende de que maneira os conhecimentos gerais podem ser utilizados em ações que venham a beneficiar e modificar o ambiente local (DOWBOR, 2006). Dentre os aspectos existentes no processo de desenvolvimento, Kashimoto, Marinho e Russeff, (2002) assumem que a cultura popular é um fator significativo para o desenvolvimento local, já que é resultado das relações entre a comunidade e seu entorno. Essas relações demonstram certo grau de afeição da comunidade com a sua localidade, permitindo que se conheça a sua identidade. Dessa forma, segundo os autores, a valorização cultural local possibilita que a comunidade fortaleça sua autoestima e desenvolva seu entorno por meio da criatividade e de seus valores.

Nesse sentido, é importante que a comunidade conheça de maneira profunda a cultura de sua localidade a fim de que seja a protagonista do processo de desenvolvimento local, vendo a cultura como um instrumento eficaz para chegar a este objetivo. Para isso, é necessário que a comunidade tenha acesso à educação de qualidade para valorizar os costumes e resgatar as memórias culturais do local em vista da elevação da identidade e da auto-estima (KASHIMOTO, MARINHO e RUSSEFF, 2002). Assim, no processo de desenvolvimento é essencial que as escolas interajam com distintos espaços de aprendizagem local como os proporcionados pelas universidades e busquem parceiros atuantes *in loco*, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições e setores públicos, a fim de criar parcerias transformadoras (DOWBOR, 2006).

Outro papel que a comunidade assume enquanto indutora do processo de desenvolvimento se refere ao conhecimento das especificidades locais. Os espaços possuem características próprias, seus recursos naturais e sua cultura. Conhecer essas particularidades por parte da comunidade favorece o desenvolvimento de iniciativas específicas voltadas para solucionar os problemas locais. Segundo Barquero (2007), a interpretação acerca do desenvolvimento endógeno deixa clara a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Durante o processo de desenvolvimento não ocorrem mudanças que aumentam as magnitudes econômicas, mas, sim, acontecem transformações em todos os mecanismos de desenvolvimento, mostrando como a interação destes mecanismos ocasionam o surgimento de rendimentos crescentes. O desenvolvimento endógeno é uma noção que trata do aumento da produtividade e, por consequência, da competitividade em um mundo globalizado. Porém, ela não relaciona os sistemas produtivos locais diretamente ao mercado internacional.

Martins (2002) afirma que o desenvolvimento local não consiste em um conjunto de medidas padronizadas que possam ser aplicadas em todos os lugares, mas, sim, age estrategicamente a partir de princípios ecológicos e humanistas. A difusão do conhecimento e da inovação, por parte dos atores locais, é fundamental no processo de desenvolvimento. Dessa forma, é necessário conhecer as especificidades e o potencial de cada localidade a fim de realizar ações voltadas para um desenvolvimento endógeno (BARQUERO, 2007; LOPES, 2001). O conhecimento adquirido a partir da observação e absorção da realidade local é importante também como vantagem competitiva, já que as especificidades e características dos locais podem ser vistas como diferencial (ALBAGLI, 2006).

A compreensão de que a inovação é relevante para o desenvolvimento local faz

surgir a importância da universidade como geradora de inovações e, por consequência, como meio de alcançar o desenvolvimento. O impacto da universidade no desenvolvimento socioeconômico local de pequenas ou médias cidades depende da relação que esta instituição tem com a comunidade. Quanto mais enraizada for a relação entre universidade e comunidade, maiores serão as transformações socioeconômicas locais. Uma maneira de a universidade e a comunidade interagirem se dá por meio dos projetos de extensão. As pesquisas realizadas pela instituição com a comunidade local podem resultar na criação de projetos de extensão que busquem solucionar as demandas socioeconômicas da localidade e criem propostas que orientem ações rumo ao desenvolvimento.

Face a isso a seguir será abordada a temática da educação como agente de desenvolvimento local no contexto de sua implantação e/ou expansão.

4 EDUCAÇÃO COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO

A implantação de IFES tem sido feita a partir de estratégias para impulsionar o desenvolvimento de regiões e/ou cidades, bem como sendo ferramenta de modernização regional, partindo do pressuposto que as instituições vêm com uma bagagem cultural e intelectual bastante satisfatória. Com a instalação de campi em regiões urbanas, o entorno destes se torna cada vez mais atrativo, levando-se em consideração a grande oportunidade de empregos, como também o aumento da especulação imobiliária.

Quando se fala de desenvolvimento, esse se tornou um dos termos mais usados ultimamente, porém, nem sempre contextualizado de maneira pertinente a sua característica real. Segundo Esteva (2000), durante muito tempo “evolução” e “desenvolvimento” eram tratados como sinônimos. A proposta feita de que desenvolvimento representa progresso é amplamente aceita. Porém, desenvolvimento representa uma melhoria, isto é, uma mudança positiva sobre alguma dimensão tanto econômica, social, ambiental e cultural em determinado período de tempo. Muito possivelmente esta melhoria não significa que apenas uma dimensão pode ser beneficiada, pois outros aspectos também são afetados pela existência de determinado fenômeno. Todavia, é provável que a melhoria em uma dimensão acarrete piora em outra.

Poder-se-ia ocorrer certo desenvolvimento econômico, a dimensão ambiental seria prejudicada. Ademais, o termo desenvolvimento se estende a outras áreas do conhecimento, como político, institucional, cultural, entre outros. Quanto à região, este é outro termo em que não há uniformidade em relação à definição. O que norteia o entendimento conceitual de região geralmente condiz com sua área de estudo. Frequentemente utilizado na geografia, o termo passou a ser investigado em outras ciências, como Economia e Ciência Política.

A questão regional é muito utilizada nas esferas político-administrativas, cujos critérios para a regionalização são diversos e nem sempre coincidentes entre uma área e outra. Isso não diminui sua importância, ao contrário. Para Santos, A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando à nova dinâmica às condições preexistentes. (SANTOS, 1994, p. 47).

Especificamente na economia, o termo região serve para diferenciar as atividades produtivas que existem naquele espaço geográfico. Obviamente isso não significa que

estas relações só existam naquela região, mas serve para identificar que há intensidade de determinadas atividades econômicas ali existentes, e não mais nas áreas geográficas contíguas. Convém ressaltar que mesmo buscando vincular o termo somente à economia, difícil conceituá-lo sem utilizar os recursos da geografia. Oliveira (1981) aprofunda a discussão de região sob a ótica econômica ao afirmar que regiões são meramente espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a região exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição básica.

A discussão até aqui permite considerar uma ideia a respeito do desenvolvimento regional. Este representaria um progresso, uma melhoria, ocorrida ao longo do tempo, em determinada região. Esta melhoria normalmente acaba sendo identificada sob o viés da dimensão econômica, mas não se restringe a ela. E este processo pode acarretar conseqüências positivas e/ou negativas sobre as outras dimensões. É esta concepção que orienta este estudo. Sobre o termo desenvolvimento regional diversas teorias têm sido construídas ao longo do tempo. Mesmo que seja inviável visitar todas estas vertentes.

Segundo Wusten (1998), as IFES são organizações centrais para a sociedade, dando oportunidades para a promoção do desenvolver o conhecimento. Isso se dá a partir da liberdade de expressão, assim como oportuniza o alavancar da educação, ciência e tecnologia. Esses fatores associados oferecem a possibilidade de crescimento, tanto intelectual, como econômico para a região, assim como para as pessoas que lá habitam.

Uma abordagem bem explicativa acerca do desenvolvimento propiciado pelas universidades foi feita por Anacker e Altrock (2008, p. 40),

O papel das universidades como veículos para o desenvolvimento regional tem sido discutido intensamente sob o que se denominou terceiro setor: universidades são chamadas para cooperar com vários agentes e promover a transferência de tecnologia e inovação para diversos campos (...) o papel da universidade como um veículo para o desenvolvimento urbano (ou redesenvolvimento) é um tópico novo.

Essa abordagem dos autores traz a reflexão sobre o papel da universidade como agente de desenvolvimento. Fatores como a escolha da localização para a instalação de unidades educacionais devem ser muito bem planejados pela administração da região, visto que isso impactará diretamente no qual desenvolvimento deverá ser projetado.

Outro fator de fundamental importância é a escolha do que funcionará naquele estabelecimento de ensino, uma vez que a oferta de serviços, bem como ensino, propiciará melhoria significativa de qualificação de mão de obra para a região.

Sob a ótica de Haila (2008), pode-se ter como predominante duas opções de localização dos campi universitários, como parte integrante da cidade, ou como “campus verde”. Esse segundo tem a sua localização distante da cidade, também denominadas unidades ou campus agrícola. Para a primeira opção o campus se integra a cidade, ligando professores e estudantes ao cotidiano, para a segunda opção, docentes e alunos não possuem contato direto com o universo da cidade, porém por se tratar de unidades agrícolas, esses campi, em parceria com a comunidade local, podem ser fonte geradora de renda, uma vez que para se estudar, a prática é indispensável. Isso faz com que a produção seja de fluxo contínuo de produtos que podem ser repassados a preço justo, fazendo com que a economia gire.

As instituições, bem como seus estudantes e professores modificam o ambiente da região. As cidades se tornam mais movimentadas com a circulação de pessoas das mais diferentes regiões que buscam trabalho e qualificação. Também acabam proporcionando a vinda de outras pessoas, de outros campi com a promoção de eventos como encontros estudantis e convenções, ou até mesmo eventos culturais com o intuito de enaltecer a cultura local.

Para alguns autores (PAULA e FARIA, 2020; GOEBEL e MIURA, 2004) que discorrem sobre o assunto, em cidades de grande porte as universidades também impactam no processo de desenvolvimento, porém de forma mais significativa nos bairros ou setores da cidade. Já em cidades pequenas esse impacto tem uma proporção bem maior, sendo refletido em praticamente toda a região. A implantação de campus universitários em cidades de pequeno porte proporciona um melhoramento no que se refere a economia da cidade. Porém, quando esta instalação se dá em regiões desprestigiadas financeiramente, alguns problemas podem surgir.

A chegada de IFES vem conjuntamente com a oferta de várias oportunidades de abertura de negócios, sejam eles de demanda de serviços ou comércio de negociação de produtos e bens de consumo. Porém, essa oportunidade de alavancagem em cidades onde não há grande diversificação econômica, assim como uma escassez de oferta de trabalho, torna a população vulnerável no que se refere à falta de oportunidade de crédito e a ausência de capital próprio. Isso inviabiliza o investimento em um negócio próprio, a escassez de recursos acaba por retardar, ou até mesmo impedir que as pessoas usufruam

do impacto econômico direto que a vinda de uma IFES pode proporcionar à região. Além da insuficiência de recursos financeiros, algumas pessoas ainda esbarram por outra problemática típica de cidades pequenas, a falta de conhecimento teórico para iniciar um empreendimento, ou até mesmo conseguir uma boa classificação para trabalhar numa empresa.

A ênfase deste estudo não é o aspecto financeiro que uma universidade provoca, porém é impossível falar sobre melhoria de vida, sem comentar sobre a situação financeira da região e seus populares. A chegada de uma IFES traz consigo muitos atrativos, mas também muitas situações desafiadoras. A vinda de pessoas com mais conhecimento e qualificação tendem a demandar uma melhor qualidade no que se refere à moradia e alimentação, sem contar as demandas que uma universidade traz consigo. Essas demandas, por conta de processos burocráticos de licitações e prestações de contas, são oferecidas por empresas de fora, que abrem suas filiais de negócio na cidade.

Essa vinda de novos empreendimentos para a região tem a tendência a ser muito positiva, uma vez que a oferta de empregos se torna um alívio para aqueles que não possuem nenhuma fonte de geração de renda. Mas muitas vezes acaba por esbarrar num fator de característica muito marcante nessas regiões, visto que a falta de conhecimento técnico faz com que a população local seja contratada com baixos salários. A produção do conhecimento com a presença de cursos voltados para impulsionar o desenvolvimento da região são as características mais marcantes.

Nos últimos anos foi observado um crescimento significativo no número de IES no Brasil. Dados fornecidos pelo INEP demonstram que no ano 2000, havia um total de 1.180 IES no país, das quais 176 públicas. Fazendo comparação como o ano de 2017, esse número aumentou para 2.448 IES, das quais 2.152 de ensino 296 de ensino público. Nesta perspectiva, a expansão das IES no Brasil foi acompanhada pelo crescimento no número de matrículas nessa modalidade. No ano de 2000, havia 2.694.245 matrículas no ensino superior (INEP, 2001), e em 2017 havia 8.290.911 matrículas (INEP, 2017). Diante do exposto, é importante destacar que o aumento, tanto de IES, quanto de matrículas, foi desencadeado inicialmente pela maior demanda da população por qualificação, junto ao incremento de políticas de democratização e acesso a esse nível de ensino, além da crescente participação do setor privado no oferecimento de cursos de ensino superior (SALATA, 2018).

Historicamente, segundo Ramos, Turmena e Nascimento (2017), tem-se como características marcantes do ensino superior a dificuldade de acesso e permanência por

grande parte da população. Diante disso, pode-se considerar que o crescimento e a democratização do acesso ao ensino superior foram influenciados pelos processos de produção capitalista que exigiam maiores níveis de qualificação dos profissionais. Desse modo, em muitos casos, o aumento no número de pessoas frequentando o ensino superior esteve atrelado às demandas de qualificação profissional para o exercício de atividades. Do mesmo modo, com a conclusão do ensino médio, os alunos precisam construir seus projetos de futuro, e, para isso, necessitam decidir quais caminhos devem seguir para continuar adquirindo conhecimentos.

Para Jordani et al. (2014), a vida acadêmica é um dos meios pelos quais os jovens se transformam, e o acesso aos estudos de ensino superior consiste em um dos principais requisitos para obter melhores recompensas pessoais e profissionais. Ao mesmo tempo, as IES são compreendidas como agentes importantes para a criação e disseminação de conhecimentos tanto a nível regional quanto nacional e internacional. As IES, e mais especificamente as universidades, por meio do desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, do desenvolvimento humano e da engenharia, conseguem criar inovações e produzir conhecimento científico. Sendo assim, na visão de Chiarini, Vieira e Zoezin (2012), as IES podem servir como incubadoras de ideias e conhecimentos para que estes possam ser desenvolvidos, transferidos e aplicados de forma benéfica na sociedade.

Cabe destacar que as IES são regidas pela Constituição Federal de 1988, sendo classificadas em instituições públicas e privadas. As IES públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público. As privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas, dividindo-se em instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos (MONDINI; RODRIGUES, 2005). As instituições com fins lucrativos são instituídas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Do mesmo modo, as sem fins lucrativos são instituídas de acordo com sua vocação social, podendo ser instituição comunitária tem em sua entidade mantenedora representantes da sociedade, confessional originada por motivação confessional ou ideológica e filantrópica presta educação e assistência social para a população sem cobrar retornos financeiros. (MONDINI; RODRIGUES, 2005). Além disso, segundo o Decreto nº 9.235/17, as IES se dividem em faculdades, centros universitários e universidades. Neste sentido, as instituições são credenciadas inicialmente como faculdades, e posteriormente, com o seu padrão de qualidade satisfatório, conseguem ser credenciadas como universidades ou centros universitários. Assim, enquanto os centros universitários oferecem cursos e programas de educação superior baseados prioritariamente no ensino, as universidades

ofertam cursos e programas de educação superior baseados na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2017).

Historicamente compreende-se que a articulação e a interação existente entre as economias regionais e nacionais são um ponto considerável quando o assunto é desenvolvimento regional. Segundo Monteiro Neto, Brandão e Castro (2017), é necessário que haja uma interligação entre os diversos setores da economia, onde a presença de desconexões entre os elos existentes provoca a criação de ilhas isoladas de crescimento, sem o apoio dinâmico de outros setores que poderiam contribuir nos processos de crescimento e desenvolvimento. Além disso, os autores enfatizam que as regiões com maior diversidade e dinâmicas regionais tendem a influenciar o crescimento de regiões menos desenvolvidas. Dentro desse contexto, ao falar de crescimento econômico e desenvolvimento é importante destacar as diferenças entre ambos.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2014, p. 242), o crescimento é compreendido como “o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo”. Quanto ao desenvolvimento, os autores acima citados explicam que:

Envolve a inclusão de alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Desse modo, pode-se compreender a existência de uma relação entre o crescimento econômico, envolvendo aspectos quantitativos, e o desenvolvimento, relacionado a aspectos qualitativos. Segundo Oliveira (2002, p. 40), o “desenvolvimento nada mais é que o crescimento — incrementos positivos no produto e na renda transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras”. Sendo assim, o desenvolvimento está atrelado, em muitos casos, ao crescimento econômico, de modo que o aumento dos níveis quantitativos de uma região pode possibilitar o alcance do desenvolvimento regional.

Neste contexto, as IES, por meio do seu funcionamento e da realização das suas atividades, conseguem se tornar multiplicadoras de diversos efeitos e contribuições em suas regiões de atuação. Segundo Rego e Caleiro (2012), os efeitos e contribuições proporcionados pelas IES compreendem tanto a demanda por colaboradores, serviços e produtos, quanto a oferta de uma população com maior nível de conhecimento e

qualificação. Por sua vez, Chiarello (2015, p. 245) coloca que “o papel da universidade é determinante no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes – universidades, empresas, sociedade civil, promovem o desenvolvimento”. Além disso, para haver um maior número de efeitos e contribuições na sociedade é necessário que os agentes presentes no território se aproximem e interajam com as IES.

Desse modo, é importante destacar que as contribuições proporcionadas pelas IES em suas regiões de atuação não dependem unicamente do desenvolvimento de suas ações e atividades, mas, sim, da interação estabelecida entre os agentes territoriais. Segundo Rego e Caleiro (2012, p. 03), “os efeitos das IES decorrentes do exercício das suas funções, ensino, investigação e extensão, são tanto mais significativos quanto mais o território se apropriar dos ‘outputs’ das IES”. Sendo assim, é necessário haver um engajamento e um trabalho conjunto entre as atividades das IES e a comunidade regional, em que tanto esta quanto aquelas devem manter-se em interação para a obtenção de contribuições no desenvolvimento regional. Além disso, Frantz (2002, p. 16) destaca que o desenvolvimento “é um processo que contém elementos culturais, políticos, econômicos e tecnológicos.

O desenvolvimento regional, além disso, precisa ser um processo de agregação de poder e nesse sentido a universidade pode e deve contribuir”. Dessa forma, é notório que as relações sociais existentes entre os agentes territoriais são a base para o desenvolvimento regional. A interação entre uma IES e a sua comunidade regional se torna o ponto fundamental desse processo, seja no oferecimento de pessoas com maior nível de conhecimento e qualificação, na realização de ações e atividades que visam melhorar a qualidade de vida, no aumento da eficiência das organizações por meio da interação entre IES e organizações, ou, ainda, na demanda por serviços e colaboradores presente na região.

No que se refere à demanda por serviços e colaboradores, Hoff, Martin e Sopena (2011) destacam que uma universidade gera inúmeras modificações na infraestrutura local em virtude da demanda de diferentes serviços pelas pessoas ligadas direta ou indiretamente a ela. Por sua vez, Goebel e Miura (2004) colocam que os serviços decorrentes do meio universitário incluem restaurantes, bares, livrarias, atividades de lazer, infraestrutura de transportes e alojamentos, entre outros. Além disso, essas atividades locais são importantes, pois movimentam transações financeiras na economia regional. Ao mesmo tempo, Hoff, Martin e Sopena (2011) enfatizam que as universidades

auxiliam nos processos de crescimento e desenvolvimento de suas regiões de atuação, seja pela movimentação financeira na economia regional, ou pela contribuição na formação de profissionais qualificados. Ou seja, as universidades contribuem com a demanda de pessoal e com a movimentação de recursos financeiros, como salários, investimentos em obras e equipamentos, além de despesas para custear alunos. Do mesmo modo, proporcionam um ambiente de inovação, gerando aumento de mão de obra especializada por meio do desenvolvimento intelectual das pessoas que com ela interagem.

No que se refere à força de trabalho, Rolim e Serra (2009) destacam que as IES são muito importantes para a qualificação dela, para a solução de problemas locais, para aumento do nível de conhecimento da população, além de contribuírem para a inovação e, conseqüentemente, auxiliar na produtividade local por meio do desenvolvimento de suas atividades de pesquisa. Além disso, Casado, Siluk e Zampiere (2012) enfatizam que as IES, por meio de suas ideias e ações, tornam-se os agentes de inovação e conhecimento mais indicados para a resolução de problemas comuns existentes na sociedade. Por outro lado, em uma análise mais específica das atividades das IES, observa-se com base no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, que a sua manutenção é baseada na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, Diehl e Terra (2017) destacam que é por meio dessa tríade que ocorre o relacionamento entre a academia e a comunidade regional, permitindo o pensar e a reflexão acerca da realidade social existente. Além disso, os autores (2017) enfatizam que o desenvolvimento de pesquisas é um elemento central para avaliar e estudar contextos regionais e, conseqüentemente, produzir conhecimentos importantes para orientar as ações e as políticas voltadas para a melhoria dos contextos regionais. Dentro desse contexto, torna-se importante especificar as atividades que compõem a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Segundo Sleutjes (1999), as atividades de ensino são responsáveis pela elevação da reflexão crítica, possibilitando entender as condições do contexto social, histórico e cultural onde os indivíduos se inserem. Por sua vez, as atividades de pesquisa têm seu foco voltado na expansão e no aprofundamento dos conhecimentos atuais, investigando a realidade, descobrindo novas possibilidades e soluções para problemas existentes. Quanto às atividades de extensão, o foco está na aplicação e na transferência dos conhecimentos para a sociedade, os quais podem ser gerados pelas próprias atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas dentro das IES, permitindo, assim, contribuições

significativas para a população envolvida nesse processo de transferência de conhecimentos.

Desse modo, pode-se compreender que as atividades das IES apresentam relações importantes com o Desenvolvimento Regional, dado que a maior parte das atividades procuram ampliar o nível de conhecimento da população, o qual, conseqüentemente, gera impactos e contribuições nos contextos regionais. Sendo assim, conforme apontado por Rego e Caleiro (2012), a atuação das IES se baseia no desenvolvimento de pessoas, de organizações, do mercado de trabalho, e da qualificação profissional. Seu funcionamento resulta em impactos, contribuições e mudanças que permitem auxiliar no alcance do desenvolvimento regional.

Pôr o objeto de estudo dessa dissertação ser a UFT, e com o intuito de referenciar a mesma num contexto geral, foi feito um breve histórico de quem é essa instituição, falando um pouco da sua criação.

4.1 A criação do estado do Tocantins e a UFT

O estado do Tocantins é o mais novo da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única. Todos os dados acima citados podem ser conferidos no portal da UFT.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.590.248 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2020), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada.

Segundo dados do IBGE, (2018), no estado do Tocantins existem 1.313 escolas de ensino fundamental; 341 escolas de ensino médio, totalizando 309.567 matrículas. O índice de analfabetismo de 15 ou mais era de 9,7% em 2018 (IBGE, 2019). O estado ocupa a 15^o posição no Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB), que analisa a qualidade das oportunidades educacionais nos estados brasileiros, com uma

média de 4,6, ficando apenas um décimo abaixo da média nacional avaliada em 4,7. Em relação ao aprendizado adequado dos alunos, o Tocantins possui uma média de 48% de aprendizagem em português, na competência de leitura até o 5º ano e 40% de aprendizagem em matemática, na competência de resolução de problemas até o 5º ano.

O Estado conta com 31 instituições de ensino superior, sendo que destas apenas quatro são públicas, e 50.421 mil estudantes matriculados nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, registrados em 2019.

Universidade Federal do Tocantins, foi Instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, sendo inicialmente uma Fundação pública vinculada ao Ministério da Educação destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente (Artigo 207 da Constituição Federal de 1988).

A UFT, com sua criação, incorporou a estrutura multi-campi da então Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Na época, a UNITINS já contava com 07 (sete) unidades localizadas nas cidades de Arraias, Araguaína, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. A disposição dos campi tinha como objetivo a absorção da demanda crescente ao Ensino Superior, também tinha vistas ao desenvolvimento do estado. A Universidade contava com um número expressivo de alunos, estimados em mais de 5 mil. Os dados acima comentados podem ser conferidos no portal da UFT, no E-book Memórias UFT. Antes de sua criação alguns fatos acontecidos marcaram a história da referida Fundação.

O dia 23 de outubro de 2000 foi antecedido de manifestações estudantis no estado do Tocantins, através do movimento que foi intitulado “SOS UNITINS”. As manifestações tinham como base a luta em defesa do ensino público no estado. Foi protagonizada por estudantes, mas conseguiu a sensibilidade e apoio de toda a sociedade. (UFT, 2021). Como mencionado, a UFT teve a instituição multi-campi de forma simultânea, uma vez que todos os 7 (sete) campi foram criados e entraram em funcionamento basicamente juntos, uma vez que absorveu a antiga estrutura da UNITINS. Essa contribuição dada pela UNITINS, que passou para a administração da UFT os cursos que já existiam, bem como quase todo o patrimônio de bens móveis e imóveis, foi de importância considerável para que a UFT desse início ao seu processo de desenvolvimento. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos

Órgãos Colegiados Superiores: o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à escolha de reitor e vice-reitor, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 9.192/95, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice. Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela UNITINS.

Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de equipamentos e da estrutura física dos sete campi, incluindo prédios em construção. A UFT foi a primeira universidade brasileira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos. A reserva de vagas foi instituída desde o primeiro vestibular da Instituição, realizado em 2004. Além disso, a Universidade tem o curso de Engenharia Ambiental mais antigo do país, com ingresso de alunos desde 1992, e o primeiro curso de mestrado ofertado no estado do Tocantins, o mestrado em Ciências do Ambiente (CIAMB), aprovado pela Capes em 2002.

O processo de criação e implantação da UFT representa uma grande conquista para o povo tocantinense e a Universidade não para de crescer, tendo passado de cerca de 8 mil alunos e 25 cursos de graduação, em 2003, para mais de 20 mil alunos, em 57 cursos de graduação e 30 programas de pós-graduação nos seus primeiros 13 anos de existência.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação. Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT que abrangeu os dois campi mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60 m² em 2003 para 137.457,21m² em 2020,

quanto em número de alunos que passou de 7.981 em 2003 para 17.634 em 2020. A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferecem atualmente 53 cursos de graduação presenciais, 15 programas de mestrado acadêmico; 12 mestrados profissionais e 05 doutorados, além de vários cursos de especialização *lato sensu* presenciais, 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A UFT está distribuída em cinco cidades do estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e campus) localizada na região central, em Palmas; além dos campi de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central e os campi de Gurupi e Arraias na região sul do estado. Os campi de Tocantinópolis hoje não estão mais contextualizados como sendo parte da estrutura da UFT, uma vez que após a criação da UFNT ele e os demais campi localizados ao norte do estado passaram a fazer parte daquela estrutura.

4.2 Unidades educacionais como propulsores de desenvolvimento

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) têm como papel o cumprindo de funções e tarefas diversas, isso implica em fomentar o desenvolvimento, tanto econômico como social da região onde estão instaladas. Essa pesquisa vem propor uma análise de como a implantação de espaços educacionais de ensino superior podem influenciar o desenvolvimento e alavancagem populacional de uma região.

O estudo aqui proposto foi desenvolvido na então Universidade Federal do Tocantins, e tem como base de tempo o período de 2013 a 2020. Ressalta-se que o campus de Tocantinópolis não mais pertence à UFT, onde está passando pela fase de transição, isso se deu após a aprovação e instituição da UFNT (Universidade do Norte do Tocantins), conforme mencionado na seção acima. Por fim, como conclusão, será feita a análise acerca da influência da UFT no desenvolvimento da região de instalação do Campus Babaçu.

Para Fialho (1998, p. 25),

A universidade vem sendo desafiada a exercer o papel propulsor no desenvolvimento da ciência, numa época em que se supera a ideia de conhecimento científico como um bem puramente cultural e na qual a transição se reflete em todos os níveis da produção humana.

As universidades participam diretamente do mercado imobiliário através das demandas por novas áreas, vinculadas à expansão de seus campi, ou mesmo pela renovação de áreas no seu entorno. Indiretamente, a necessidade de moradia, transporte e serviços por parte da comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) aumentam a demanda por estes serviços, bem como por espaço.

Os autores Wievel e Perry (2008) afirmam ainda que as universidades colocam as cidades/regiões em uma rede global, além de experimentarem um aumento, em escala, no seu papel educacional, político e econômico, através da expansão do número de estudantes e do desenvolvimento tecnológico. Nas cidades onde se instalam, as universidades demandam diretamente espaço para suas atividades de ensino e pesquisa, bem como de moradia. Indiretamente, induzem, em função das especificidades e dos anseios de professores e estudantes, uma série de atividades de lazer, de comércios e serviços.

Segundo Haila (2008) existem duas visões predominantes nas opções pela localização dos campi universitários: como parte da cidade, mesclando professores e estudantes com o cotidiano da cidade; ou como um campus verde e suburbano, separando a comunidade universitária em uma espécie de mosteiro escolar, em muitos casos bem longe das cidades. As universidades, além do impacto econômico direto (investimentos, pagamento de salários, compra de mercadorias), ajudam a melhorar a imagem da cidade perante as demais, atraindo empresas e/ou atividades vinculadas a congressos e feiras.

As universidades e seus discentes e docentes transformam a atmosfera da cidade, além de disponibilizar várias de suas infraestruturas e facilidades, tais como auditórios para realização de encontros e convenções, ou para eventos culturais. Instituições europeias fornecem diversos exemplos sobre seu processo de expansão e a relação com as cidades onde se localizam, uma vez que todas elas são instituídas no centro das cidades e neste momento de diversificação se deparam com inúmeras dificuldades e/ou oportunidades, tendo que optar pela permanência no centro ou realocação para áreas mais periféricas.

Entretanto, quando uma instituição opta pela realocação total ou parcial de suas instalações, essas relações com os pequenos proprietários de comércios e serviços se quebram, pois, na transferência para um campus mais afastado a preferência por franquias e grandes lojas e/ou prestadores de serviços (criação de Shopping Center ou galerias dentro dos campi) se torna uma prática comum. Como os pequenos comerciantes não

possuem capital suficiente para mudar sua localização, muitos comércios e prestadores familiares de serviços fecham suas portas. O campus instalado na parte periférica da cidade também implica na produção de outra forma de vida urbana e outras formas de relação com a região. Muitas vezes, o uso do centro é completamente abandonado pela comunidade universitária, que passa a realizar suas compras e busca por serviços, bem como moradia, também na periferia. E, mais uma vez, o centro perde uma função importante que dinamiza e movimenta o espaço.

A existência da universidade pública colabora para a transformação, de maneira significativa, do espaço geográfico da região onde está instalada, podendo ter representatividade importante na transformação social e econômica da região.

Para continuidade dessa discussão, faz-se necessário aprofundar sobre o espaço a ser estudado, que é o campus universitário de Tocantinópolis/TO, mais precisamente a Unidade Babaçu.

Numa breve contextualização histórica sobre a região, tem-se que o município de Tocantinópolis/TO teve início em 1818, com a chegada de padres jesuítas à região, para catequizar os indígenas do Norte. No mesmo período, no século XIX, os primeiros bandeirantes começaram a se fixar na região. Após a sua emancipação, onde era chamado de Boa Vista do Tocantins, passou a chamar-se Tocantinópolis Tocantins. (IBGE, 2021)

A economia da região é composta, basicamente, por Administração Pública, comércio varejista, prestadores de serviços, atividades agropecuárias, pequenas indústrias e também pelo mercado informal. O campus da UFT de Tocantinópolis/TO, unidade Babaçu, está localizada na Vila Santa Rita que, segundo informações colhidas com a Direção do Campus, era uma região onde já havia moradores, porém com uma estrutura bem menor do que pode ser observada na figura 1.

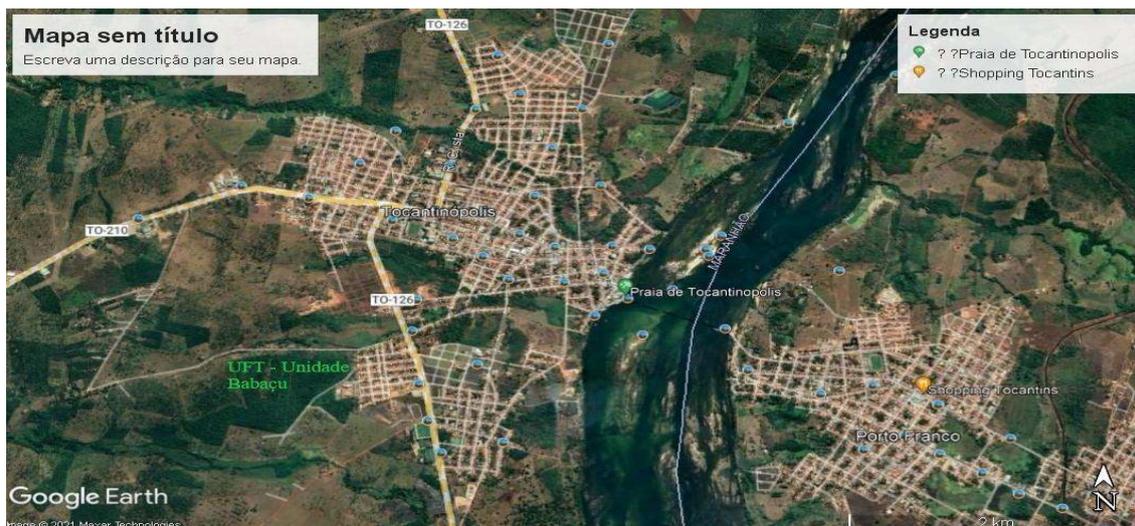


Figura 1: Cidade de Tocantinópolis/TO
 Fonte: Google Earth, 2021.

A figura 1 mostra a delimitação de território da cidade de Tocantinópolis/TO, podendo ser visto também os entornos da unidade Babaçu e o rio Tocantins que divide o município com o estado do Maranhão.



Figura 2: Vila Santa Rita, localização da Unidade Babaçu.
 Fonte: Google Earth, 2021.

A figura 2 refere-se à localização da unidade Babaçu, na Vila Santa Rita. Apesar de ser uma imagem de satélite, pode-se observar que é uma região já bem populosa, com bastante edificações e infraestrutura. Porém, relatos de servidores do campus de Tocantinópolis evidenciam que a região, que antes era pouco habitada, bem como

desenvolvida, teve uma alavancagem significativa com a instalação do novo campus na região, tendo o aumento na construção civil como um dos principais fatores. Essas construções são tanto para habitação como também para a instalação de pequenos comércios na região.



Figura 3: Unidade Babaçu - parte interna do campus

Fonte: Arquivos UFT

A figura 3 apresenta a imagem da unidade Babaçu no ato de sua inauguração, podendo ser visto parte de sua infraestrutura interna. A Constituição brasileira, em seu artigo 207 que diz que “As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, estabelece que as universidades devem obedecer ao princípio da não separação entre ensino, pesquisa e extensão, significando que a instituição tem a função de pesquisar, atender aos anseios e problemas da comunidade na qual se encontra inserida, além do seu papel principal de formador de recursos humanos.

Com sua alavancada no início dos anos 2000, as IES, começaram a se posicionar no cenário nacional, onde tiveram importante disseminação. Em especial, IFES, essa expansão contou como apoio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e do Reuni. O programa teve como objetivo central ampliar e dar permanência na educação superior no país. Com ele o governo federal tomou medidas para alavancar o crescimento do ensino superior público, dando às Universidades Federais condições para que as mesmas impulsionassem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de

educação superior. (REUNI, 2010)

As ações do programa contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, bem como a ampliação da oferta de cursos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão. Para toda essa contemplação foram feitas melhorias na infraestrutura das IFES, para melhor acolher a seus acadêmicos.

Essa crescente implantação de Universidades ganhou notoriedade após começarem a se discutir políticas e estratégias voltadas para desenvolvimentos socioeconômicos de países e regiões por meio do processo de estudos das academias voltadas para Desenvolvimento Regional e Territorial.

Como já discutido, o processo de desenvolvimento da universidade não é apenas interno, na formação de pessoas para exercerem profissões no mercado de trabalho e/ou formação científica, esse desenvolver envolve também promoção de desenvolvimento urbano e social para a região onde estão instalados seus campi. A importante contribuição de Perroux (1967), diz que este é um processo de desequilíbrio, podendo ser apanhado pela conceituação de polarização e inovação. Estes são considerados importantes elementos no processo de transformação espacial. O autor ainda julga que o crescimento não se perpetua no tempo e espaço de forma simultânea. Isso se dá de maneiras diversas, bem como em níveis de intensidade distintos.

Esse posicionamento do autor leva a fazer uma reflexão com o objeto deste estudo no sentido de que a região onde se encontra a unidade Babaçu, por mais que já existisse, teve seu desenvolvimento, em níveis distintos, após a instalação da UFT, em sua segunda unidade na região. Proporcionando melhorias significativas para os moradores de lá, conforme relatado por servidores da própria universidade.

5 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Através da análise dos dados coletados por meio das entrevistas feitas com a gestão da UFT no campus de Tocantinópolis/TO e com a gestão municipal da cidade, pôde-se considerar que as IFES refletem sobre a sociedade não apenas no que se refere a assuntos educacionais, como também no desenvolvimento econômico-social da região. Também foi possível perceber, através do levantamento de referencial bibliográfico, que a instalação de uma universidade funciona provoca um impacto significativo no espaço ao qual se insere, tornando-se ela equipamento de interesse público. A integração entre IFES e o Governo Municipal tende a ser vantajosa para ambos, visto que a expansão, bem como as benfeitorias destas instituições ultrapassam seus limites físicos, incentivando a melhoria na qualidade das instalações públicas em seus entornos.

No caso estudado, que analisa o campus Universitário da cidade de Tocantinópolis/TO, ainda quando fazia parte da gestão UFT, a construção da Unidade Babaçu, que conta com blocos de sala de aulas e prédio de biblioteca, beneficiou os acadêmicos ao abrigar novas salas de aula e laboratórios. O campus de Tocantinópolis atualmente conta com 5 (cinco) curso de graduação, sendo eles: Ciências Sociais, Direito, Educação Física, Educação do Campo e Pedagogia. Com isso há um total de 848 (oitocentos e quarenta e oito) alunos matriculados. Esses dados acerca do número de matrículas estão atualizados, tendo sido informados pela secretaria acadêmica do campus de Tocantinópolis/TO no primeiro semestre de 2022. Nas conversas feitas para levantamento de dados para a pesquisa, foi percebido que a expectativa para o aumento de cursos de graduação era grande.

Segundo dados coletados através da entrevista feita com a direção do campus, a nova estrutura atende a uma demanda antiga da comunidade do campus e da cidade, onde parte da estrutura física, que hoje é denominada da unidade centro, foi herdada de quando o campus ainda pertencia à UNITINS, antes de 2003, conforme mencionado no texto anteriormente. Essa nova estrutura se tornou importante tanto para a comunidade acadêmica, como para a sociedade local, pois tornou viável o acesso à estrutura de bibliotecas e laboratórios de informática aos alunos da educação básica. Essa nova estrutura proporcionou uma melhora significativa no desenvolvimento do entorno. Isso pôde ser percebido através da implantação de novas moradias, bem como benfeitorias feitas pelo poder público municipal, com a instalação de instrumentos urbanos, tais como pavimentação asfáltica, iluminação pública, dentre outros, que ocorreram logo com o

início das obras para a unidade Babaçu.

A seguir será apresentado algumas imagens da região nos dias atuais. Para confronto de informações seria interessante a apresentação de imagens de antes da instalação da unidade Babaçu na região, porém, não foi possível em virtude da não existência de acervo fotográfico por parte da universidade e da gestão municipal.

As imagens abaixo foram fornecidas por um servidor da gestão municipal e mostra um pouco do que é a estrutura da cidade nos entornos da unidade Babaçu.



Figura 4: Entorno do campus Tocantinópolis, Unidade Babaçu.
Fonte: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/TO, 2021.

Na ilustração da figura 4 pode-se observar que a infraestrutura interna do campus, no que se refere à pavimentação asfáltica e iluminação pública, é dada continuidade para fora dos portões da universidade. É importante ressaltar que essa infraestrutura que está além dos limites do campus é de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal. Isso reflete bem no que foi discutido acerca do papel da universidade quanto ao propulsionar o desenvolvimento da região, através do planejamento juntamente com o poder público.



Figura 5: Pavimentação de ruas na Vila Santa Rita.
Fonte: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/TO, 2021.

Na figura 5 vê se que a parte de pavimentação no restante das ruas da Vila Santa Rita foram dadas continuidade, porém, conforme mencionado pelo representante da Prefeitura Municipal na pasta de infraestrutura, foi dado preferência ao uso de concreto, não fazendo uso de asfalto, como de costume. Segundo este representante, o uso de concreto é uma característica na pavimentação de toda a cidade de Tocantinópolis/TO.

Num breve comentário sobre as ruas da cidade, essas ainda em sua grande maioria são de blocos de concreto, que conforme informações da gestão municipal, estão ou serão substituídas por asfalto ou concreto. No tocante ao melhoramento da qualidade de vida dos moradores, pode-se dizer que existe uma preocupação por parte do poder público em fornecer condições básicas para as moradias da região, visto que a existência de pavimentação nas ruas, mesmo que em forma de concreto, diminuem a existência de poeira, que pode ser prejudicial à saúde dos moradores.



Figura 6: Iluminação pública e pavimentação de ruas.
Fonte: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/TO, 2021.

Na figura 6 percebe-se a infraestrutura pertinente a iluminação pública, como também pavimentação das ruas. A informação repassada pela gestão municipal é a de que todas as ruas da região estão com iluminação pública e pavimentação, mesmo que seja concretagem, conforme já mencionado anteriormente. Segundo informações coletadas junto aos servidores da instituição e que são também moradores da região, essa infraestrutura existente é reflexo da instalação da unidade Babaçu, uma vez que antes da instalação da universidade na Vila Santa Rita o cenário era outro.

No que se refere à movimentação de pessoas e renda, com base nos relatos e imagens obtidas pela Prefeitura local, a região da Vila Santa Rita possui alguns pontos comerciais que abastecem a população local. Isso também acarreta na circulação de valores, bem como geração de renda para as pessoas que conseguem abrir um empreendimento comercial.



Figura 7: Comércio local.
Fonte: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/TO, 2021.

Na imagem 7 tem um exemplo de pequeno comercio existente na região, bem como o aumento de construção civil, que indica a possibilidade de abertura de novos pontos comerciais.

Abaixo, na figura 8, tem-se a visão de algumas ruas que dão acesso ao campus. É possível perceber pelas imagens obtidas que basicamente as ruas da região já estão bastante habitadas, mesmo que ainda existam lotes vazios, percebe-se que há um aumento na construção de moradias. Algumas com construções mais estruturadas, possuindo calçadas, muros, outras apenas construções simples. Porém, isso leva-se a afirmar, mediante informações também obtidas pela Prefeitura Local e por parte da Direção da Universidade, que a parte imobiliária teve uma alavancagem considerável.



Figura 8: Ruas de acesso ao campus.

Fonte: Prefeitura Municipal de Tocantinópolis/TO, 2021.

No que se refere à estrutura do bairro em que está instalado o Campus Babaçu, que é a Vila Santa Rita, o que se pode observar de diferente desde que foi iniciado é o processo de valorização imobiliária em razão de mais buscas por habitações naquela região.

Outra evidência do desenvolvimento da região foi a informação de que houve uma maior circulação de pessoas, tanto nas dependências da instituição, quanto no seu entorno. O que propiciou uma nova estrutura de comércio local, com novos pontos comerciais para a região, tais como mercados, padarias e pequenas lojas de materiais para construção civil.

Pode-se apontar a abertura de oportunidades para os moradores, sendo que partes da comunidade local, principalmente estudantes da Educação Básica, passaram a frequentar a estrutura de biblioteca, bem como os laboratórios de informática, podendo então fazer uso dos computadores para realização de pesquisas e atividades escolares. De acordo com informações colhidas, a oportunidade percebida pela gestão municipal foi a de moradores abrirem seu próprio negócio, atualmente no local existe mercadinhos, padarias, lanchonetes, restaurantes, lojas de materiais para construção civil. Isso também beneficiou os moradores da região, uma vez que estes tinham que se deslocar até o centro da cidade para o abastecimento de itens de necessidades básicas. Com a abertura de mercados na região da Vila Santa Rita, esse deslocamento ao centro não mais se fez necessário.

No que se refere ao acesso da comunidade a estrutura da Universidade, tem-se como um ponto primordial, visto que, em uma era tão tecnológica, ter acesso gratuito a uma estrutura de laboratórios se torna enriquecedor para o conhecimento dos indivíduos que utilizam desse bem. Isso remete também ao desencadeamento de um processo de desenvolvimento econômico para a região com a comercialização de lanches e demais estabelecimentos alimentícios. Pois, ainda que de maneira informal, isso traz uma forma de geração de renda para famílias, sendo observada como mais uma oportunidade para a população regional.

No que se refere à melhoria na infraestrutura local, bem como instalação de instrumentos urbanos, o investimento em melhoria se deu através da coleta de lixo regular, instalação de iluminação pública, fornecimento de água potável encanada e energia elétrica. Antes da chegada da unidade Babaçu na região não havia tanta frequência na coleta de lixo, segundo foi informado. Isso era em virtude de não haver também uma quantidade populacional considerável. Outra informação repassada nas entrevistas é a de que moradias populares que estavam inacabadas foram finalizadas e entregues aos moradores, assim como iniciada a construção de novas unidades habitacionais. Com isso foi possível perceber o aumento substancial de moradias, tanto populares como a melhoria no padrão de construção, evidenciando a valorização imobiliária da região.

6 CONCLUSÃO

A educação superior assume importante papel no processo de desenvolvimento na medida em que contribui para uma maior interação entre os atores locais. As universidades possuem papel de destaque na história das cidades, pois são motores de desenvolvimento. Desde a implantação dessas instituições têm desempenhado papel não só cultural, mas também social e econômico.

Analisando fatos históricos, pode-se constatar que muitas cidades nem mesmo existiriam se não houvesse o fator educacional envolvido no seu contexto de desenvolvimento. O comportamento dessas *urbes* seja de pequeno, médio ou grande porte é fator indispensável no que se refere à instalação de uma IFES, porém quando se fala urbanizações menores como é o caso de Tocantinópolis, as consequências dessa instalação se tornam mais evidentes, face às oportunidades que são ofertadas.

No decorrer do estudo foi possível perceber que a instalação de IFES traz consigo algumas possibilidades para o município e região, uma vez que, além de outros benefícios, a oferta de ensino na mesma cidade em que moram é uma esperança de se tornar alguém com diploma de ensino superior para a população em geral, qualificando pessoas para competir no mercado de trabalho.

É fato que a oferta de ensino superior é um dos fatores mais avaliado por todos que realizam pesquisas sobre o tema, porém deve-se destacar a vinda de oportunidades de emprego e renda para a população, visto que a instituição de ensino possui várias demandas de serviços. Isso pode ser refletido no desenvolvimento econômico da região, uma vez que a geração de renda favorece a circulação de moeda no comércio local. É importante considerar que as ofertas que uma universidade traz nem sempre serão as mesmas que a população almeja, porém, com políticas voltadas para o desenvolvimento urbano, bem como o fortalecimento deste desenvolver é primordial para que seja bem-sucedida a instalação para ambas, universidade e comunidade, como também para o poder público.

A pesquisa junto a Direção do Campus de Tocantinópolis/TO propiciou relatos primordiais da inserção da comunidade na Universidade mostrando o quão importante é a existência de ambientes educacionais em uma região. Um fator que chama a atenção, no que se refere ao desenvolvimento tanto econômico como social, é que famílias têm a oportunidade de desenvolver algum tipo de atividade econômica, como abertura de pequenos comércios que já garantem circulação de renda. Essa movimentação financeira

acarreta num desenvolvimento de integração social, uma vez que essas pessoas possuíam um maior poder aquisitivo, que muitas das vezes proporcionam um engajamento social mais vantajoso.

A estimulação imobiliária, com a construção civil, seja para moradia própria, alugada ou para fins comerciais, também movimentam a região. Contudo, levando em consideração as informações dadas pela Direção do Campus, bem como da Prefeitura local, pode-se concluir como sendo de fundamental importância para o desenvolvimento urbano da região a instalação de um Campus Universitário, como a unidade Babaçu, pois esse processo dinamiza o desenvolvimento tanto da região, como também das pessoas que por lá circulam. Acerca desse tema tem-se que os debates sobre o desenvolvimento de uma região surge a com a chegada da globalização a partir da preocupação dos atores com os desafios que esse processo traz para a localidade.

Assim sendo, entre os diversos caminhos que se tem para a chegada ao desenvolvimento local, tem-se a educação. Diversos estudos comprovam que este caminho permite o compartilhamento de conhecimento sendo capaz ainda de para a recuperação de espaços regionais que antes foram esquecidos, ou até mesmo nunca valorizados. Além disso, oportuniza a formação de pessoas que podem vir a contribuir para o desenrolar do processo de desenvolvimento local. Neste sentido, a UFT enquanto instituição de ensino superior público traz consigo a contribuição no que se refere à capacidade e disseminação de conhecimento para a comunidade tanto acadêmica como os demais da localidade.

Dentro disso, percebe-se que a UFT, no campus universitário de Tocantinópolis/TO, em sua unidade Babaçu, desempenhou papel significativo no que diz respeito à aproximação com a comunidade local, por meio dos seus projetos de extensão, bem como disponibilização de recursos para a população, no que se refere à liberação de seus espaços físicos para consultas e atividades da comunidade em geral. As ações desenvolvidas pela instituição têm contribuído para o desenvolvimento local a partir da educação de qualidade e difusão de conhecimento, melhora das condições de vida e bem-estar, cooperação, valorização da cultura e da identidade, união e diálogo com os atores, conhecimento e resgate dos espaços locais, aumento da produtividade e inovação. Estes aspectos são considerados pela literatura como essenciais para o processo de desenvolvimento local.

No tocante aos incentivos dados pelo governo federal, tem-se que a partir da criação do Reuni, que contribuiu para a democratização de acesso ao ensino superior,

novas universidades federais foram criadas em pequenas e médias cidades com baixo índice de desenvolvimento, bem como possibilitou a expansão de novos campi para ofertar mais qualidade de ensino e pesquisa aos seus alunos. Isso foi o pontapé para a expansão e criação da unidade Babaçu, no município de Tocantinópolis/TO. Estas instituições passaram a exercer papel importante na retomada do desenvolvimento das regiões onde estavam.

A conclusão para este estudo é de que instituições educacionais em pequenas cidades propulsionam desenvolvimento significativo para a região. Isso pode ser percebido na análise da instalação de instrumentos urbanos no entorno da unidade estudada. Para tanto, pode-se concluir que a implantação e/ou instalação de unidades de ensino, além de proporcionar melhorias para a população, no que se refere à promoção de ensino e desenvolvimento pessoal, também beneficia a população local, trazendo desenvolvimento urbano para a região. Por fim, espera-se que novos estudos sejam realizados sobre a temática, ampliando as discussões e atualizando as informações com o passar do tempo, pois é importante para o ambiente acadêmico e para a comunidade compreender como a instituição educacional contribui no desenvolvimento da localidade onde se encontra.

3 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. *Inclusão Social*, Brasília, vol. 1, n. 2, p. 17-22, 2006.

ALVES, P. MELO, N. A. de. SOARES, B. R. Pequenas Cidades da Microrregião de Catalão (GO): reflexões sobre os municípios de Corumbaíba e Ouvidor (GO). *Horizonte Científico*, Uberlândia, vol. 1, nº. 7, p. 1-15, 2007.

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 23, p. 261-286, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

ANACKER, Katrine B.; ALTROCK, Uwe. From conversion to cash cow? The University of Luneburg, Germany. In: WIEWEL, Wimp; PERRY, David C. (eds.). *Global universities and urban development. Case studies and analysis*. Cambridge: Lincoln Institute/M.E.Sharpe, 2008. p. 40-56.

ANDRADE, A. C. de. As cidades médias e suas inserções nos espaços regionais: O contexto do sul de Minas. *Revista Territorium Terram*, v. 3, n. 5, p.64-79, jan/jun, 2015.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 2, n.1, p. 39-55, jan./jul. 2009.

BACELAR, W. K. de A. As dualidades das pequenas cidades: as cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SÉCULO XXI, 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: IG/UFU, 2003. 1CD-ROM.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo endógeno y globalización. *Revista Eure*, Santiago de Chile, vol. 26, n. 79, p. 47-65, 2000.

BATISTA, Amarildo Nogueira. SILVA, José Borzacchiello da. Políticas públicas, planejamento urbano e a produção do espaço em Boa Vista-RR. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 38, núm. 1, pp. 1-24, 2018.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica,

metodológica e empírica. *GeoTextos*, vol. 11, n. 1, julho 2015. W. Baumgartner. 91-111.

_____. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análise sobre o processo de instalação de novos campi universitários. *Espaço Aberto*, PPGG – UFRJ, V. 05, n.º 01, p. 73-93, Rio de Janeiro, 2015.

BENDER, Thomas. Scholarship, local life, and the necessity of worldliness. In: WUSTEN, Herman van der (ed.). *The urban university and its identity. Roots, locations, roles*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998. p. 17-28.

BENÉVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CLAVAL, Paul. Politics and the university. In: WUSTEN, Herman van der (ed.). *The urban university and its identity. Roots, locations, roles*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1998. p. 29-46.

COELHO, I.M. A universidade, o saber e o ensino em questão. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; NAVES, Marisa L. de Paula (org). *Currículo e avaliação na educação superior*. 1ª. ed. Araraquara: Junqueira&Marin-JM, 2005.

CORRÊA, R. L. Globalização e a reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. ano IV, nº. 6, jan.-jun. 1999, p. 43-53.

DOWBOR, Ladislau. *Educação e desenvolvimento local*, 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/2006/04/educacao-e-desenvolvimento-local-doc.html/>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2022.

ENDLICH, Angela Maria. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p. il.

FIALHO, N. H. A missão da universidade. *Revista da FAEEDBA*, Salvador, ano 1, n. 10, p. 25-42, jul.–dez. 1998. FONSECA. A. A. M. *Instituição e desenvolvimento territorial. O desempenho municipal após a descentralização*. Feira de Santana: UEFS, 2005.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA. 2008, p.27b.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. © 1995,

Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil.

GOEBEL, Márcio Alberto. MIURA, Mário Nakayama. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo – PR. **Revista Expectativa**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2000. DOI: 10.48075/revex.v3i1.743. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743>. Acesso em: 14/08/2021.

GOITIA, Fernando Chueva. Breve História del Urbanismo. 3. ed. Madrid: lianza, 2011.

HAILA, Anne. The University of Helsinki as a Developer. In: WIEWEL, Wim; PERRY, David C. (eds.). *Global Universities and Urban Development. Case studies and analysis*. Cambridge: Lincoln Institute/M.E.Sharpe, 2008. p. 27-39.

HENRIQUE, W. Dinâmicas urbanas e regionais em cidades médias após a instalação de universidades públicas. In: XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território, 2012, Belo Horizonte. Anais do XII Seminário da RII, 2012. v. 01. p. 01-16

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Disponível em: acesso em: 22 ago. de 2020;

IBGE. Tocantins. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>>. Acesso em 05 de mar. de 2021.

IOEB. Tocantins. Disponível em < <https://ioeb.org.br/estado/tocantins>>. Acesso em 04 de mar. de 2022.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia Urbana e desenho da cidade. Rio de Janeiro: Fundação Calouse Gulbention, jun. 2004.

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as cidades pequenas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: 18 a 21 out. 2005. CD-ROM.

MAROPO, V. L. B., Morais, E. E., Nunes, A. C., & Silveira, J. A. R. (2019). Planejamento urbano sustentável: um estudo para implantação de infraestrutura verde no Bairro Bancários, João Pessoa-PB, Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 11, e20180005. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.A009>

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *Acta Cir. Bras.* 17 (suppl 3). 2002. Acessado em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>, em 21/08/2021.

MOSER, Gabriel. *Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia*, Natal, 1998.

OLIVEIRA JR, Antonio. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. *Caderno de Geografia*, v.24, número especial 1, 2014.

PAULA, Karine de Almeida, FARIA, Teresa Cristina de Almeida. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana* vol.12 Curitiba 2020 Epub Mar 20, 2020.

PERROUX, François. *A Economia do Século XX*. Lisboa, Portugal, 1967

PINHEIRO, C. H. L. (2018). Cidade, universidade e percepções docentes no contexto da expansão interiorizada do ensino superior público no Estado do Ceará. *Revista INTERthesis*, 15(2), 38-54.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Disponível em <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>, acesso em 31/08/2020.

RICHARDSON, Rudy J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo, 1999.

RIEDER, Arno. A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso. *Revista GUAL, Florianópolis*, vol.4. n.03, p.228.

ROCHA, Alexandre Miranda. Avaliação dos impactos socioeconômicos gerados com a implantação do campus da universidade federal rural do semi-árido no município de Angicos-RN. Mossoró/RN. 2019. Disponível em <http://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/5387>.

SAMPAIO, H. *Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)*. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SAYEGH, L. M. L. (2009). *A dinâmica urbana em Ouro Preto: conflitos decorrentes de sua patrimonialização e de sua consolidação como cidade universitária* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador. (<https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/25933>)

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. *Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa*. São Paulo: E.P.U., 1987.

SILVA, Jorge Antonio Santos; SILVA, Ozana Rebouças. Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento local: as transformações no município de cachoeira (BA) após a implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. *Redes*, Santa Cruz do Sul, vol. 24, n. 2, p. 209-232, 2019.

SOUSA, Flávio Eliziario de. FREIESLEBEN, Mariane. A educação como fator de desenvolvimento regional. *Rev. FAE*, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 163 - 178, jul./dez. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

STEPHAN, Ítalo; LATINI, Thaise. O Impacto da Implantação de um Campus Universitário em Rio Paranaíba-MG. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/4446>. Acesso em: 07 dez. 2018.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2015.

VÁZQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo; ALVES, Sónia. The University of Porto and the process of urban change. An ambiguous relationship. In: WIEWEL, Wim; PERRY, David C. (eds.). *Global Universities and Urban Development. Case studies and analysis*. Cambridge: Lincoln Institute/M.E.Sharpe, 2008. p. 226-254.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. (orgs). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 169 – 243.

VITIELLO, Soraia Cristina Barroso. CONTI, Diego de Melo. OLIVEIRA, Edson Aparecida de A. QUERIDO. Quaresma, Cristiano Capellani. MIZUTANI, Nuvolari Pereira. A influência das políticas públicas na produção do espaço urbano: o caso do bairro da mooca / são paulo – brasil. Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional. Vol. 15, n.2. 2019. Edição especial.

WUSTEN, Herman van der. A warehouse of precious goods. The university in its urban context. In: WUSTEN, Herman van der (ed.). The urban university and its identity. Roots, locations, roles. Dordrecht: KluwerAcademicPublishers, 1998. p. 1-13.

Universidade Federal do Tocantins (UFT). Disponível em <https://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/11044-a-historia-por-tras-da-historia-da-uft>, acesso em 31/08/2020.